

Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

APRESENTAÇÃO

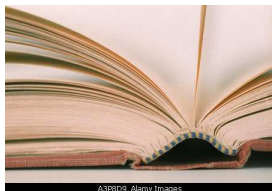
Prezado leitor

Este é o sexto número do *SBS Caderno de Resenhas*, periódico eletrônico da Sociedade Brasileira de Sociologia, que tem como objetivo publicar resumos e comentários elaborados por especialistas, sobre livros nacionais ou estrangeiros da área de Ciências Sociais. Esta iniciativa visa contribuir para a informação e o desenvolvimento do debate acadêmico em circuito amplo, por meio de edição eletrônica e assim difundir a produção intelectual dos cientistas sociais democratizando seu acesso a um público mais diversificado.

O *SBS Caderno de Resenhas* representa um esforço da diretoria da SBS para concretizar o desejo, anunciado ao longo do tempo, de solidificar e difundir o pensamento sociológico em diversas instâncias do domínio público. Significa, portanto, a continuidade dos esforços de publicação e edição de obras sobre o pensar sociológico, que vem caracterizando a prática acadêmica da entidade, desde o tempo de sua criação.

Esta publicação tem periodicidade semestral com inscrição ISSN 1981-2264 e divulgação no *site* da Sociedade Brasileira de Sociologia: www.sbsociologia.com.br

Os interessados em encaminhar resenhas devem seguir as Normas para Publicação (neste Caderno), e enviar os trabalhos para a Secretaria Geral da Comissão de Publicação, no endereço: sbsresenhas@yahoo.com.br



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

EXPEDIENTE

Publicação Semestral da Sociedade Brasileira de Sociologia
Nº. 6, Ano 3, Novembro de 2009
ISSN: 1981-2264

Diretoria

Presidente: Tom Dwyer, UNICAMP

1º Vice Presidente

Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, USP

2º Vice Presidente

Ana Maria Fernandes, UnB

Secretário Geral

Celi Scalon, UFRJ

Tesoureiro

Maíra Baumgarten Corrêa, UFRGS

1º Secretário

Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário

Pedro Célio Alves, UFGO

Diretores

Cynthia Hamlin, UFPE

Irllys Alencar Firmo Barreira, UFC

José Miguel Rasia, UFPR

Antônio Augusto Prates, UFMG

Antônio Carlos Witkoski, UFAM

Coordenação Editorial

Irllys Alencar Firmo Barreira

José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial

Jacob Carlos Lima

Maíra Baumgarten Corrêa

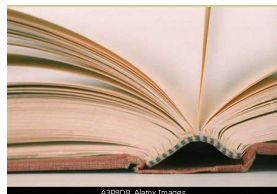
Maria Stela Grossi

Salette Cavalcanti

Tom Dwyer

Secretaria

Dione Marques



Apresentação

Expediente

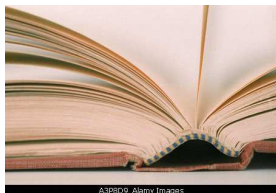
Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

SUMÁRIO

1. COTIDIANO DESPEDAÇADO PELA VIOLÊNCIA 04
Antonio dos Santos Pinheiro
2. (DES) EMPREGO NO BRASIL: UM BALANÇO SOBRE O DESMANCHE NEOLIBERAL 09
Carolina M. B. de Souza
3. CULTURA HEGEMÔNICA E CULTURA POPULAR: O ROMPIMENTO DAS FRONTEIRAS 14
Fabio Alves Ferreira
4. TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES, TEMPOS DE INCERTEZAS: DILEMAS HUMANOS E SOCIAIS DECORRENTES DA GLOBALIZAÇÃO 19
Francisco Alencar Mota
5. A CONSCIÊNCIA BURGUESA DE CLASSE – ESPAÇO URBANO E SOCIABILIDADE 27
Irllys Alencar Firmo Barreira
6. A DINÂMICA DA ANTROPOLOGIA DE DONA EUNICE 35
Léa Freitas Perez
7. EXCLUSÃO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS: UM DEBATE RUMO À INCLUSÃO SOCIAL 37
Maria Aparecida Ramos da Silva
8. ETNOGRAFANDO GANGUES DE TRAFICANTE 41
Ricardo Henrique Arruda de Paula
9. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 46



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

RESENHAS

COTIDIANO DESPEDAÇADO PELA VIOLÊNCIA

Resenha do livro de BARREIRA, César. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. São Paulo: Pontes, 2008, 264p.

Antonio dos Santos Pinheiro¹

No filme *Abril Despedaçado*, Walter Sales traz à tela do cinema histórias cotidianas marcadas pelo uso da violência nas lutas pela terra. O enredo tem como pano de fundo valores morais relacionados a códigos de honra e de vingança. Para as personagens, a coragem, a valentia e a virilidade são consideradas como primordiais na definição sobre o lugar destes em um cenário marcado para “matar ou morrer”. No livro *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*, César Barreira toma como ponto de partida a narrativa do filme supracitado para compreender a violência difusa nas sociedades contemporâneas. O aumento da criminalidade e do medo é discutido como elemento norteador de um cenário social onde a violência “rouba a cena”.

A preocupação em compreender a violência na contemporaneidade é tema recorrente de outros estudos realizados por César Barreira. Refiro-me a dois de seus trabalhos: *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão* (publicado em 1992), e *Crimes por encomenda: a pistolagem no cenário brasileiro* (publicado em 1998). Estes estudos e a publicação de *Cotidiano despedaçado* resultaram de pesquisas realizadas, a partir da década de 1980, sobre a “estrutura de

¹ Professor da Universidade Regional do Cariri/Departamento de Ciências Sociais. Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará.

poder e movimentos sociais no Nordeste”. Entre os interlocutores teóricos destacam-se Maria Isaura Pereira de Queiroz², Maria Sylvia de Carvalho Franco³, José de Souza Martins⁴, Moacir Palmeira⁵, Victor Nunes Leal⁶ e outros.

Em um primeiro momento de suas investigações, o meio rural é tomado como cenário dos conflitos violentos entre proprietários e trabalhadores no que se refere à posse da terra. Em tal contexto, o poder de mando dos grandes proprietários rurais tem como corolário a violência – último recurso para pôr fim às lutas dos trabalhadores – levada a frente pelos proprietários rurais. O assassinato de Chico Mendes na região Norte do país, e de Margarida Alves no Estado da Paraíba, são ilustrados como exemplos de uma luta sem trégua, na qual a violência é o principal referencial nos crimes por encomenda, caracterizados como “pistolagem”.

Em um segundo momento de suas reflexões, César Barreira busca compreender o deslocamento da violência do meio rural para o meio urbano. No entendimento da expressão difusa da violência, da teoria do poder de Foucault na perspectiva de analisar a impossibilidade de inércia da violência. Esta é discutida não mais como um elemento particularizado, pois se encontra circulando por todo corpo social. A transitoriedade ou capilaridade da violência permite que seus efeitos sejam compreendidos como um fenômeno *desterritorializado*.

Na teoria do poder como *microfísica*, Foucault considera porém, que o poder implica uma correlação de forças na qual “ninguém é alvo inerte”. Desta forma, o poder é positividade, pois pressupõe a construção de laços de sociabilidade. Ao descrever os atos violentos pela ótica da negação do poder, César Barreira dialoga da mesma forma com outros autores que, a exemplo de Hannah Arendt⁷, Norbert Elias⁸, e particularmente Georg Simmel⁹ sugerem uma reflexão sobre as fissuras no tecido social decorrentes de vidas despedaçadas por conflitos violentos.

Algumas questões são postas como norteadoras ao longo da discussão do livro existe uma positividade na violência? Como (re) construir relações sociais desgastadas pela violência? A violência como recurso do poder não caminharia no sentido contrário ao *processo civilizador*,

² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros – Lês bandits d'honneur brésiliens*. Paris: Julliard, 1986.

³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres da Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 3. ed. 1983.

⁴ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

⁵ PALMEIRA, Moacir. Política, facção e compromisso: alguns significados do voto. In: Moacir Palmeira & Márcio Goldman (orgs) *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4.ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

⁷ ARENDT, Hannah. *As Crises da República*. Perspectiva, São Paulo: 1973.

⁸ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, vol II, 1993. ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.

⁹ SIMMEL, Georg. *Le Conflit*. Paris, Éditions Circé, 1992.

como foi descrito por Norbert Elias? Estes e outros questionamentos sugerem reflexões sobre a difícil relação entre poder e violência.

O livro está dividido em cinco partes. A primeira é composta por quatro capítulos que abordam questões teóricas e metodológicas. Do ponto de vista teórico destaca-se a discussão sobre violência e cordialidade na sociedade brasileira, sendo esta questionada como sinônimo de harmonia social. Do ponto de vista metodológico, as armadilhas simbólicas da pesquisa são apontadas como um dado importante quando se investiga “temas perigosos” – momento em que o pesquisador corre o risco de ser fogado pelas classificações morais associadas ao objeto de estudo, bem como pelo apelo à subjetividade do informante.

Na segunda parte, a pistolagem é analisada como tema recorrente de uma sociedade “atrasada”, no que diz respeito à aplicação da lei e da ordem de acordo com os princípios universais de justiça. Nesta perspectiva, Max Weber¹⁰ e Hannah Arendt¹¹ são apontados como dois interlocutores importantes. Se para Weber o Estado legitima-se pelo uso da violência legítima, Arendt argumenta que o desaparecimento da autoridade no mundo moderno decorre do uso da violência como recurso do poder. Esta autora chama a atenção, portanto, para a crise de autoridade no mundo moderno, ao levar em consideração que a violência possibilitou o esvaziamento da política como poder de argumentação e convencimento.

A possibilidade de compreender a relação entre o uso da violência como um meio de exercício da política, permite ao autor de *Cotidiano despedaçado* estabelecer distinções entre questões de interesse público e privado. O público constitui o espaço da palavra, da negociação, cujo princípio básico é a não eliminação do oponente no jogo político. O privado, ao contrário, contempla assuntos de interesse particular que geralmente estão dissociados dos interesses coletivos. Quando na ação de um pistoleiro a fala e a negociação perdem a capacidade de convencimento, a força física surge como resposta ao desentendimento gerado entre as partes em conflito.

Porém, nos crimes de pistolagem outros valores de ordem moral se fazem presentes na reconfiguração simbólica sobre o uso da violência. Nesse contexto, surge a literatura de cordel carregada de simbologias por meio das quais os cordelistas buscam classificar moralmente as vítimas e os homicidas baseando-se na “[...] instituição dos códigos de honra e moralidade” (p. 105). A partir de fragmentos da realidade cotidiana, o cordel possibilita uma inscrição do popular como saber de um povo que conta suas histórias com base em dados reais e imaginários. O

¹⁰ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Cultrix, São Paulo, 1972. WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Fondo de Cultura Económica, México, 1974.

¹¹ ARENDT, Hannah. *As Crises da Republica*. Perspectiva, São Paulo: 1973.

imaginário, na maioria das vezes, assume autonomia diante das coisas perceptíveis da realidade, o que torna o conto, como ressalta Roger Chartier, práticas e representações imbricadas que se cruzam em diferentes formas culturais.

O banditismo – tema recorrente nos contos populares – reinscreve as histórias de seus personagens nas quais “[...] a coragem e a valentia vencendo o medo, passaram a ser o grande mote dos cordelistas” (p. 128). Na classificação moral do vingador como bandido-herói, são apontados três momentos como referenciais de conduta. O primeiro é a representação sobre o rompimento com a dominação social; o segundo momento faz referência aos crimes cometidos em que se explora a vida nômade e aventureira da personagem; e no terceiro momento o bandido é representado como “protetor público”.

Na crítica ao banditismo e à pistolagem, emergem posições teóricas sobre estas práticas como contrapostas ao Poder Judicial. A exemplo da teoria do *processo civilizador*, como descrito por Norbert Elias, o uso privado da força física é resultante da própria dificuldade do Estado em intervir e apontar uma solução pacífica para o conflito. Na discussão sobre o uso da violência, Elias pontua as diferenças entre espaços sociais pacificados e espaços sociais não pacificados – os primeiros são identificados como espaços do respeito aos procedimentos formais da “lei e da ordem”; e os segundos como espaços delimitados pela “justiça pelas próprias mãos”.

Em espaços sociais pacificados, a presença do Estado pressupõe o controle e autocontrole sobre as práticas individuais. Se as práticas privadas com o uso da violência ocorrem em cenários não pacificados, os conflitos interpessoais dão o tom das relações sociais. A interferência do Estado por meio da monopolização da violência surge, por outro lado, como um dado importante na configuração do poder pela negação da violência como recurso privado na solução dos conflitos. A ação de um pistoleiro é, portanto, questionada como decorrente da “[...] ausência, fragilidade ou parcialidade do Poder Judicial” (p. 131).

O que está em jogo é a existência de duas justiças que se contrapõem no que se refere ao uso da violência. Na primeira, *de natureza pública*, o Estado se faz presente como um dos seus principais representantes. Na segunda, *de natureza privada*, o controle sobre a violência não está devidamente consolidado nas mãos do Estado. Conhecida como “justiça paralela”, este tipo de prática pressupõe resolver o litígio ao se recorrer à “justiça pelas próprias mãos”. Nestes casos, os valores de vingança são geralmente legitimados em uma sociedade onde a solução violenta apresenta-se como resposta ao esvaziamento do monopólio da violência.

Massacres, a exemplo do ocorrido no município de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Estado do Pará, revelam assim duas ordens em confronto. De um lado está o poder de mando dos

proprietários rurais que buscam por meio da força e da violência manter o domínio sobre a terra e seus subordinados. Do outro, os trabalhadores rurais que reivindicam o direito à cidadania através do acesso à terra. No massacre de Eldorado dos Carajás, os proprietários rurais tiveram ao seu lado o aparato policial em um confronto que dizimou dezenove trabalhadores rurais. As acusações de que os policiais foram financiados com dinheiro pelos proprietários sugerem fissuras na política como “arte de convencimento”. Acontecimentos como estes “[...] enquadram-se em uma prática de não separação entre uma instância pública de uma particular” (p. 176).

As contradições entre duas ordens tornam-se mais perceptíveis quando se toma como referência as práticas policiais. A perspectiva de que a redemocratização do Brasil, iniciada em 1985, e posteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitassem uma mudança cultural sobre o exercício da violência legítima, é tematizada como um dado importante na reconfiguração do poder policial. No Estado do Ceará, as propostas de mudanças dos dois governos de Tasso Jereissati (1987 a 1990 e 1995 a 2002) caminharam na direção de construção de uma “nova política de segurança pública”.

Alguns casos, porém, contribuíram para macular a imagem das polícias militar e civil cearense. O primeiro deles assume destaque na imprensa, em 1993, quando um pedreiro é encontrado nas dependências de uma delegacia com indícios de tortura. O segundo ocorreu, em 1997, quando a polícia militar foi chamada para intervir em uma ocupação dos sem-terra na Avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza. Nesta operação, além dos trabalhadores terem sido privados do “direito de ir e vir”, não saíram ilesos do excesso de violência policial. O terceiro, conhecido como “Caso França”, ocorreu em 1997, e teve como principal personagem um policial civil que após sua prisão denunciou a participação de policiais civis e militares em diversos atos criminosos.

Estes casos de violência praticados por policiais militares e civis sugerem uma reflexão sobre a capacidade destes “representantes da lei e da ordem” em estabelecer um diálogo baseado no entendimento mútuo para solução dos conflitos. De acordo com César Barreira, estas práticas revelam um legado autoritário de 21 anos de ditadura decorrente de uma “política do atraso” em que o estabelecimento da ordem decorreu de um movimento lento que não se completou com a distinção entre público e privado. Assim, o “atraso” é “[...] tematizado como um lado emblemático da política de segurança pública caracterizada por práticas ilegais com uso indiscriminado da violência” (p. 200).

Na última parte do livro, em que o autor retrata os *pedaços de uma violência cotidiana*, destacam-se alguns fragmentos que sugerem ao leitor uma reflexão sobre a violência

difusa em uma sociedade cujos valores de justiça social encontram-se desgastados. Diferentes relatos e acontecimentos chamam atenção para a incapacidade de diálogo, seja no espaço privado da casa, ou no espaço público da rua, como resultante de uma “solidariedade negativa” em que o medo e o terror tornaram-se os elementos balizadores nas relações sociais.

Por fim, *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa* nos faz pensar que a reconstrução do tecido social desgastado pela violência pressupõe a construção de uma sociedade do diálogo. A pistolagem no cenário político e os casos de violência nas operações policiais são apontados como obstáculos a este tipo de sociedade. O livro sugere que a implantação de procedimentos democráticos e a participação da população nas lutas por justiça social indicam novos desafios na consolidação do estado democrático de direito.

(DES) EMPREGO NO BRASIL: UM BALANÇO SOBRE O DESMANCHE NEOLIBERAL

Resenha do livro de POCHMANN, Marcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008, 238p.

Carolina M. B. de Souza¹²

Em *O emprego no desenvolvimento da nação*, a escassez do emprego no Brasil é abordada através de sua história econômica, sendo analisados os ciclos produtivos, o processo de industrialização e a reinserção externa. Pochmann, que preside, atualmente, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apresenta sete capítulos, norteados no argumento de que a economia brasileira tem como principal característica ser fornecedora de excedente da força de trabalho. O autor procura, então, demonstrar os porquês da predominância de 25 anos de empregos precários na economia brasileira.

A partir da hipótese de que a crise do emprego não é irreversível e nem inevitável, Pochmann considera que, no funcionamento do mercado de trabalho, a questão do emprego no Brasil, compreendida enquanto problema social, suscita análises fundamentadas tanto em variáveis endógenas (salário, custo de trabalho, qualificação, etc.) quanto nas variáveis exógenas

¹² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS-UFBA).

(investimento, inserção internacional, inovação tecnológica, etc.). Nesse sentido, reflete que o nível e a qualidade do emprego relacionam-se à atividade econômica devido ao processo de globalização produtiva e financeira, à redefinição do papel do Estado na economia e o novo ciclo de inovações tecnológicas. Assinala, então, que a instabilidade crescente no mundo do trabalho, marcado por condições precárias de emprego e pela permanência de elevadas taxas de desemprego, não deve estar desassociada do movimento geral do capitalismo contemporâneo. Sob tal perspectiva, esse contexto internacional tem afetado o conjunto dos países periféricos, que, assim como o Brasil, passou a registrar, nos anos 1990, a sua mais grave crise de emprego desde 1930.

No entender do autor, a constituição de um novo modelo econômico brasileiro ocorreu ao longo dos 1990, repercutindo no produto nacional e no nível geral de emprego da mão-de-obra. No bojo desse processo, houve revisão do papel do Estado na economia, acompanhada pelo avanço da desregulamentação financeira (liberalização da conta de capital e maior vinculação com ingressos financeiros internacionais), econômica (desnacionalização de empresas e fusão de grandes firmas) e comercial (redução de tarifas e ampliação das trocas externas), cujos impactos se deram no âmbito do processo interno de reestruturação produtiva. A partir dessa década, a trajetória perseguida pelo Estado brasileiro foi interrompida devido à alta taxa de inflação e à grave crise fiscal. Os evidentes sinais de desestruturação no mercado de trabalho, que se expressam através de indicadores sociais referentes ao emprego, são apresentados pelo autor e captados através de informações contidas nos censos demográficos dos anos 1980 aos de 2000.

Quanto às atividades produtivas e ocupacionais no Brasil, nos anos 1990, Pochmann (2008) traça uma historicização relacionada ao emprego no país. Segundo o economista, o primeiro momento do processo de reestruturação produtiva, correspondente aos anos 1990-1992, foi marcado pela queda de 3,9% na produção nacional, pelo decréscimo de 8,4% no emprego assalariado formal e pela elevação de 130% na taxa de desemprego. Nos anos compreendidos entre 1993-1997, correspondentes ao segundo momento do processo de reestruturação produtiva, a produção doméstica foi recuperada, estimada em 23,4%, enquanto o emprego assalariado formal apresentou redução de 1,4% e a taxa de desemprego cresceu 18,5%. No terceiro momento, concernente aos anos 1998-1999, ocorreu desaceleração generalizada do conjunto das atividades econômicas, com queda da produção interna em 1,6%, e do emprego formal em 3,1%, trazendo elevação do desemprego em 45%. Entre 2000-2008, o processo de reestruturação produtiva combinou ampliação do saldo comercial com a elevação do nível geral de emprego. Salienta, todavia, que, embora a recuperação dos empregos formais tenha se verificado desde 1999, o desemprego aberto no país permaneceu muito elevado.

Ao estabelecer a distinção entre desemprego estrutural, que se caracteriza pela longa duração da ociosidade da mão-de-obra vinculada à modalidade de inserção do país na economia mundial, e desemprego conjuntural, associado ao nível de atividade econômica, chegando a representar quase dois terços do total dos trabalhadores desempregados no país, Pochmann esclarece que o desemprego conjuntural pode ser revertido mais facilmente com a elevação do ritmo de crescimento de atividades produtivas, enquanto o desemprego estrutural requer mudanças importantes no interior do padrão de relacionamento com a globalização. Salienta, ainda, que o desemprego estrutural no Brasil se relaciona a dois problemas distintos que convergem entre si: esfera econômica (macro e micro) e esfera educacional. Segundo o autor, a prevalência entre ambas as esferas (econômica e educacional) tende a indicar a continuidade do desemprego estrutural no país.

O autor verifica que, nos anos 90, o aumento da escolaridade se mostrou insuficiente para impedir a evolução do desemprego tanto para aqueles situados em famílias de alto rendimento quanto para os mais pobres. Constata a situação em que o desemprego estrutural tende a convergir mais para os trabalhadores com maior escolaridade, significando anomalia específica do Brasil nas duas últimas décadas. Questiona, então, como é possível entender o avanço educacional desacompanhado de maior salário real e de menor desemprego. Reflete que educação, embora fundamental para a disputa no mercado de trabalho, não é suficiente, por si só, para garantir emprego e salário digno. Assinala que o ritmo do crescimento econômico e a forma de inserção do Brasil na economia mundial são variáveis que também interferem na composição desse quadro socioeconômico. Comenta ainda que, em 2006, as estimativas indicavam 70 mil brasileiros estudando no exterior, especialmente em países como EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Espanha. Reflete assim que o atual ciclo de financiamento da riqueza bloqueia a perspectiva de inclusão pelo trabalho digno.

Pochmann enuncia os eixos reestruturantes pelos quais o programa de ajuste do setor público brasileiro foi implementado: núcleo estratégico (definição de leis e políticas públicas); atividades exclusivas (forças armadas, arrecadação e agências de regulação, fomento e controle); serviço não-exclusivos (educação, saúde, seguridade e pesquisa) e setor de produção de bens e serviços (empresas estatais). Tais eixos objetivaram a criação de um estado menos intervencionista e mais regulatório, partindo-se do pressuposto de que o modo de intervenção em vigor impossibilitava a modernização e o avanço da experiência econômica. Esses entendimentos do autor são coadunados por Fiori (2001) que menciona alguns acontecimentos empreendidos no Brasil, caracterizadores do neoliberalismo: abertura e desregulamentação dos mercados, privatização do setor público em nome da “competitividade global” e desmonte do Estado através

de sua submissão aos interesses privados e a proteção de alguns grupos econômicos selecionados que não se alteraram com a abertura comercial e a desregulamentação econômica. Enuncia as principais conseqüências dessas reformas neoliberais: redução dos direitos trabalhistas, congelamento dos salários do setor público e diminuição da participação salarial (de 45%, para 36% da renda nacional).

Em balanço sobre o mercado de trabalho, tanto no âmbito nacional como no local, Pochmann o relaciona com o desenvolvimento nacional. Destaca que, após 1980, houve esgotamento do ciclo de forte expansão econômica, em que o mercado de trabalho passou a registrar sinais de desestruturação. O autor entende por centro do capitalismo mundial, as nações que conseguem articular a presença de moeda de curso internacional (reserva de valor, unidades de conta e troca) com a plena capacidade de inovação tecnológica e maturidade industrial e o poder das forças armadas para fazer valer seus interesses pelo uso da violência. Considera que grande parte dos países não é capaz de articular dois ou mais requisitos. Recorre a Celso Furtado (1980), para quem o desenvolvimento tende a expressar uma condição de mito, uma vez que não haveria condição de universalizar o padrão de desenvolvimento dos países centrais, seja pelas restrições ambientais, seja pelo uso das forças produtivas globalizadas.

Pochmann assinala que a experiência brasileira é marcada pelo internalizar do padrão de consumo dos países ricos, em que o Brasil abandonou as reformas civilizadoras do capitalismo (agrária, tributária e social), aprofundando a concentração de renda, riqueza e poder. Menciona que, nos últimos 70 anos, o Brasil teve de abandonar o regime democrático por duas vezes (Estado Novo, 1937-1945, e ditadura militar, 1964-1985). Compreende ainda que isso ocorreu visando enquadrar os segmentos sociais e políticos que defendiam democraticamente as reformas civilizadoras, capazes de tornar menos desigual a repartição dos frutos do crescimento econômico no país.

Segundo o autor, o processo de industrialização no Brasil, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970, não possibilitou o abandono das principais características do subdesenvolvimento, tais como produtividades setorial e regional díspares e condições precárias de vida e trabalho de grande parte da população, com padrões de consumo muito diferenciados. Salienta que as nações constituidoras da periferia do capitalismo mundial geralmente não apresentaram avanços sociais equivalentes aos verificados nas economias desenvolvidas ao longo do século XX, mesmo quando registraram taxas elevadas de expansão de suas economias. No caso brasileiro, sua intensa ascensão econômica veio desacompanhada de um significativo desenvolvimento social. Recorda que o contexto projetado pela industrialização nacional

combinou relações modernas de trabalho com velhas formas não-capitalistas de ocupação e gestão da mão-de-obra.

A expansão produtiva no Brasil, que marcou o ciclo de industrialização (1930-1980), foi invertida a partir de 1981, ocasião em que a crise da dívida externa, levou à adoção de programas de ajustes macroeconômicos que até hoje inviabilizaram a plena retomada do crescimento econômico sustentado. No entender do autor, o contexto de desestruturação do mercado de trabalho nos anos 1980 no Brasil decorre do abandono do projeto de industrialização nacional e da adoção sistemática de políticas macroeconômicas de corte neoliberal. Ademais, devem ser consideradas as medidas direcionadas à desregulamentação do mercado de trabalho adotadas na década de 1990, o que contribuiu ainda mais para o avanço da precarização das ocupações.

Não perdendo de vista que o termo ‘precarizado’, atribuído ao trabalho, diz respeito aos seus variados processos de exploração, cuja principal forma de ocorrência dá-se através da subcontratação / terceirização. Druck e Thébaud-Mony (2007) definem terceirização como criação brasileira que indica transferência de atividade de uma empresa a um ‘terceiro’. No Brasil, o termo ‘subcontratação’ é utilizado secundariamente. Os autores salientam que a terceirização é compreendida como elemento fundamental para a flexibilização dos contratos e do emprego utilizado nas empresas, nas quais contratos temporários e subcontratação de serviços de terceiros são parte do crescente fenômeno da “informalização” do trabalho.

De acordo com Cacciamali (*apud* ALVES & TAVARES, 2006), são duas as categorias de trabalhadores participantes da informalidade: assalariados sem registro (aqueles contratados de forma ilegal e que não têm acesso a um conjunto de garantias sociais) e trabalhadores por conta própria, isto é, os que atuam na área de prestação de serviços e contam com a ajuda de familiares ou de ajudantes assalariados com extensão de seu próprio trabalho, visando à obtenção de uma renda para sua manutenção e de sua família. Nesse sentido, o crescimento da informalização do trabalho resulta do reordenamento do capital, das inovações tecnológicas, da fragmentação produtiva, da redivisão do trabalho e do processo de terceirização, fatores que enfraquecem a luta de classes e negam a centralidade da contradição capital e trabalho (ALVES & TAVARES, 2006).

Pochmann pondera que diante do contexto de pouca cobertura da formalidade, a reestruturação capitalista e a concepção do estado impositivo e repressor assumiram relevância. Nesse sentido, o peso da regulação pública, sua burocracia e os custos tributários e trabalhistas, que oneram a produção, desestimularam a formalização dos empreendimentos.

Ao considerar que a atuação em torno da economia informal depende do comportamento da economia nacional, Pochmann salienta a continuidade dos obstáculos por parte dos micro-empresendimentos devido à falta de financiamento da riqueza que penaliza a população de baixa renda e os micros e pequenos empresendimentos.

Enfim, as análises críticas elaboradas pelo autor esclarecem o recente processo da história econômica no Brasil. Os argumentos formulados, que demonstram como se delinea a produção do desemprego, relacionam política e economia, âmbito nacional e contexto internacional de maneira cuidadosa. O livro consiste em leitura fundamental para compreensão do neoliberalismo e suas conseqüências, sobretudo ao explicitar os porquês de seu esgotamento, iniciado com a crise em 2008.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.

DRUCK, Maria da Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. **A terceirização / subcontratação e a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil – uma abordagem comparativa**, 2007. Texto no prelo.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CULTURA HEGEMÔNICA E CULTURA POPULAR: O ROMPIMENTO DAS FRONTEIRAS

Resenha do livro de MEDEIROS, Roseana Borges de. ***Para uma compreensão da cultura popular na teoria marxista***. Recife: Livro Rápido, 2007, 157p.

Fabio Alves Ferreira¹³

Roseana Borges Medeiros dá continuidade neste livro às pesquisas realizadas no período de seu doutoramento em Serviço Social, cursado na Universidade Federal de

¹³ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Pernambuco. Como o título sugere, ela parte do aporte teórico marxista e faz uma leitura das expressões culturais contemporâneas e de origem popular – contrapondo o popular com a cultura institucional reconhecida, ou seja, oficializada e hegemônica – numa perspectiva que ela caracteriza dentro de uma concepção pós-moderna, na qual as fronteiras entre identidades já não apresentam trincheiras bem demarcadas.

A propósito do termo, a autora emprega o conceito de pós-moderno, entendido segundo ela pela intensidade no trânsito das trocas entre as tecnologias e vida social humana. Por outro lado, Medeiros não emprega de maneira explícita uma conceituação do pós-moderno e nos leva a confundir com a própria modernidade. Passando por discussões da cultura no estágio pós-moderno, Medeiros sustenta que na produção cultural, o simulacro é incentivado em detrimento da originalidade. Aquilo que é fácil e barato toma proporção, num ritual em que a imagem se sobrepõe ao objeto. Trata-se de espaço no qual “a cópia – se sobrepõe – ao original”. Na perspectiva de Medeiros, assim se apresenta a cultura atual (p. 107). No caso da cultura popular a hibridização na produção artística, e a ausência de fronteiras que demarque com clareza onde termina e começa as identidades artísticas, são resíduos incontestes de uma era pós-moderna.

No âmbito dessa discussão ampla na sociedade contemporânea, pode-se partir para análise do próprio paradigma escolhido por Medeiros. Numa manifesta admiração pelo pensamento de Gramsci, ela sustenta a sua importância, enquanto pensador para abordar a cultura popular como uma categoria de análise (p. 23). A partir de uma leitura gramsciana, é reafirmado no texto que a cultura popular revela o *ethos* de um povo: o modo de ser, pensar e agir dentro de determinado contexto social (p. 25). Para fazer jus à concepção marxista, a cultura também passa pela concepção de dominação. Isso porque o monopólio ideológico, a direção intelectual (para usar as palavras da autora) de uma classe sobre a outra reverbera tanto no plano econômico quanto nos valores culturais assimilados e cultivados (p. 25).

Nesse sentido, a história cultural em Gramsci é uma arena de luta na qual os projetos econômicos das classes fundamentais se apresentam à consciência dos sujeitos sociais, na forma de projetos políticos, que visam à direção da sociedade. Essa afirmação da luta cultural não se encontra em detrimento do plano econômico, porque a cultura é o espaço onde se manifestam todas as contradições, sobretudo a econômica. A consciência política é formada e fortalecida no plano superestrutural para o enfrentamento dos conflitos econômicos. (p. 29)

Gramsci dizia existir uma estreita relação da cultura popular, com a formação política, ideológica e identitária das classes menos favorecidas (p. 29). Daí a veemência na afirmação, segundo Medeiros, de que as expressões culturais populares são “concepções de mundo e de vida

de determinados grupos da sociedade em contradição às concepções do mundo oficiais que se sucederam no desenvolvimento histórico” (p. 30).

Como bem afirmado anteriormente, a cultura neste caso não se enquadra dentro de tradições, ou mesmo produtos de ingenuidades, mas pelo contrário, assume um caráter de resistência. Nelas estão contidas as disposições morais de um povo, sua conduta e visão de mundo. Embora não se negue a ambígua relação do folclore com o senso comum, nesses elementos se coaduna um arsenal de conhecimentos plurais, assistemático, porém coeso. Esse hibridismo de fontes, sobretudo reforçada pelo momento pós-moderno, culmina numa economia simbólica altamente significativa para os praticantes. De maneira que, tanto os tocadores de maracatus no Recife, quanto os praticantes de hip-hop em São Paulo e Rio de Janeiro, quanto àqueles que dançam catira no Estado de Minas Gerais não são consumidores, no sentido de que eles desenvolvem tais atividades por lazer e/ou opção lúdica. As danças, as canções, os batuques misturam-se num desejo de transcendência, de ultrapassar as barreiras impostas, não sendo um dado externo a eles. Suas expressões culturais são suas identidades, aquilo que dá um lugar na sociedade e afirmam o que são.

Medeiros também aponta a característica fragmentária destas culturas. Sofrem alterações no decorrer do tempo e pulverizam-se em outras manifestações até então desconhecidas (p. 31). Entretanto, Medeiros coloca em oposição a idéia de bom-senso, nas classes que ela nomeia de subalternas. No emprego que faz do termo, ‘bom-senso’ implicaria numa superação da heterogeneidade. Aqui parece está explicitamente dada uma contradição epistemológica. Primeiro Medeiros fala da pós-modernidade e de suas multifaces nos processos sociais; em seguida ela coloca como essencial o estágio no qual as classes se absterão desse pluralismo para que o próximo estágio seja o da cultura revolucionária. Parece mesmo que ela se apóia em Gramsci para reafirmar uma idéia preconceituosa e construída, a partir do senso comum, de que o socialismo e a revolução desenvolvem-se numa variável inversa à modernidade e ao multiculturalismo (p. 32).

O recorte proposto por Medeiros não apreende todos os processos sociais do fenômeno da diversidade da cultura popular. Pensar na cultura popular como algo que ainda não está organizado o suficiente para contrapor-se à cultura hegemônica, defendida pela mídia, organizada pela classe de maior status social simplifica, ou até mesmo reduz à nulidade o próprio processo da modernidade. É como se a arte cultural, nomeada como popular, tivesse que se opor e até ultrapassar a cultura tida como de elite. Isso, em nossa perspectiva, se constitui num equívoco primário. Pois há um trânsito contínuo, independente de hegemonia cultural ou daquela que procede das margens. Fato é que a riqueza da cultura popular já está posta e influencia tanto

quanto absorve outras esferas sociais, criando um hibridismo no qual as fronteiras deixam de ser demarcadas com precisão. Além disso, a expressão cultura assume sua face lúdica, de envolvimento, de beleza se firmando como arte. Assim não existe arte de gueto, ou arte do sertão, ou arte burguesa. Tais trincheiras evidenciam contextos históricos e sociais diferenciados – não negamos isso – contudo, a cultura, independente do grupo do qual emergiu coloca em pauta performances de sujeitos que influenciam e são influenciados por todos os valores e instituições sociais.

Medeiros, entretanto faz uma crítica acertada à cultura consumista do capitalismo. Cultura que enfatiza a incompletude do indivíduo porque se absteve na aquisição de um novo produto. Logo que tal produto é adquirido, a sensação de felicidade é fugaz e contingente, pois um novo produto já está disponível nas vitrines (p. 41).

Com análise consistente e sugerindo sua vinculação marxista, Medeiros não deixa à revelia desse estudo as críticas ao conceito marxista de cultura. As atividades artísticas e as produções culturais não possuem maior significado sem a moldura economicista que a envolve, precedendo-a e significando-a. Entretanto, a autora faz jus à sua formação num centro de estudos marxistas (talvez outro nome para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – digo de antemão que esta nomenclatura não codifica um sentido pejorativo); destacando o conceito de Raymond Williams que encontrou dois sentidos do termo nos escritos de Marx: o primeiro denota limitação. Assim o caleidoscópio economicista que perpassa por uma lógica que aglomera todos os países estabelece fronteiras, demarca valores e sedimenta trocas e sentidos (p. 57); o segundo sentido do termo dialoga com o discurso de Gramsci: a cultura como autonomia e emancipação, como elemento coagido, mas espaço de criatividade e ação do sujeito. Falar que a arte reflete a realidade é outra forma de limitação, e inclinação positivista. Medeiros destaca o termo “mediação”, também desenvolvido por Williams. Isto pressupõe a relação entre sociedade e arte numa articulação complexa e ontológica das instâncias universais, particulares e singulares. A mediação é o que permite o trânsito racional de um campo para outro (p. 58, 60, 61).

Medeiros desenvolve a discussão de que a mídia é um mecanismo capturado pela pós-modernidade para difundir uma cultura instrumentalizada e apreendida pelos ideais consumistas. Aqui é discutido o conceito de cultura de John Thompson. Para este, de acordo com Medeiros, a mídia é constituída por um modelo díade de sentido e poder, estabelecendo a dominação por meio dos usos sociais de formas simbólicas (p. 66).

Para ela, a transformação cultural nas sociedades modernas está intimamente ligada à proliferação de instituições e meios de comunicação de massa e, também ao aumento de redes de transmissão, possibilitando que as formas simbólicas mercantilizadas se tornem acessíveis a um número cada vez maior de receptores (p. 67).

Medeiros intuitivamente aprofunda o texto em torno do conceito de cultura. Entretanto elege Thompson e passa ligeiramente por Clifford Geertz. Aqui, há um equívoco conceitual, que consiste numa limitação do conceito de cultura em Geertz. Na leitura que Medeiros faz de Thompson, a cultura é estruturada revelando-se em formas simbólicas que envolvem relações de poder, desigualdades e conflitos. Entretanto, Geertz já afirmava que cultura são estas teias que atribuem significado à vida humana em sociedade. E ainda:

(...) cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento –costumes, usos, tradições, feixes de hábitos- como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chama programas) – para governar o comportamento (GEERTZ, 1989, p. 15, 56).

Mas tanto Thompson quanto Geertz são influenciados pelos pressupostos estruturalistas e a partir deles realizam a análise cultural. O ponto não esclarecido por Medeiros é o salto que realiza para discutir “cultura popular” numa perspectiva marxista. Aqui ela vincula a produção artística de determinado grupo de acordo com a estratificação social, os acessos à produção econômica, enfim cultura como espelho e resistência de um povo. A nosso ver nem Geertz e nem Thompson trabalham nessa perspectiva. A autora transite entre todos esses campos com um discurso dialético, em que todo o conjunto de produção cultural popular deve tornar-se hegemônico para construir uma nova cultura (p. 87).

Definir cultura popular requer uma apropriação daquilo que se chama de cultura de massa, bem representada pelos já mencionados setores midiáticos e também das culturas híbridas. Essas são aquelas que ocorrem pela intensa circulação de valores entre as classes, aquelas que se fazem nas fronteiras e, portanto não podem ser vinculadas a uma identidade (p. 91).

O livro é organizado em três capítulos. Em cada um deles Medeiros discute teoricamente, com precisão, porém sem empiricismo, temas da “cultura e cultura popular”. Todo o livro é organizado em forma de resenhas. Essa técnica distancia a percepção do próprio autor acerca da cultura popular, não obstante o trabalho ser apresentado com um rigor acadêmico, de texto bem construído e provocativo.

No último capítulo Medeiros retoma o debate em torno da gênese da cultura popular no Brasil, apontando reflexão em torno das obras de Renato Ortiz. A máxima desse livro aqui resenhado, poderia ser resumida nas palavras de Marilena Chauí, de que a cultura popular é “um misto de conformismo, inconformismo e resistência” (p. 135).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES, TEMPOS DE INCERTEZAS: DILEMAS HUMANOS E SOCIAIS DECORRENTES DA GLOBALIZAÇÃO

Resenha do livro de GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole. O Que a Globalização Está Fazendo de Nós**. Trad. Maria Luiza de A. Borges. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007, 110p.

Francisco Alencar Mota¹⁴

Apregoar que vivemos tempos de transformações pode soar como mera tautologia, generalização ou obviedade se considerarmos que para as ciências sociais, de um modo geral, a mudança caracteriza a natureza das sociedades, devendo até mesmo as tradições serem compreendidas sob essa perspectiva. Importa, pois, caracterizar a natureza das transformações a fim de que possamos vislumbrar tanto sua extensão e implicações, como também o rumo que nossas sociedades têm diante de si, estabelecendo horizontes que sirvam de sentido à nossa existência sócio-histórica já que, por outro lado, a vida se torna mais insegura quando deixada por ela mesma.

O texto que ora resenhamos – *Mundo em Descontrole. O Que a Globalização Está Fazendo de Nós* –, do sociólogo inglês Anthony Giddens, atende a ambos os imperativos de

¹⁴Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral, CE. Pós-Doutorando em Cultura Contemporânea, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

forma concomitante: atesta e caracteriza a natureza das transformações que vivemos atualmente, abordando ao mesmo tempo as diversas dimensões da vida – política, social, econômica e sexual-familiar, numa linguagem compreensível a todos os tipos de leitores, tendo despertado o interesse do autor desta resenha para esta tarefa a partir da publicação em língua portuguesa, dada a atualidade da abordagem, que não poderia ser mais oportuna, no contexto da mais recente crise econômica mundial (2008) que, sob a mais rasteira das análises, atesta a plasticidade em que se encontram as sociedades na primeira década do século.

Os capítulos que compõem a obra foram originalmente conferências internacionais pela internet proferidas pelo autor, então Diretor do *London School of Economics and Political Science*, no final do século, promovidas pela BBC, e transmitidas cada uma de um lugar específico: Londres (duas delas), Hong Kong, Delhi e Washington DC, como forma de um debate mundial sobre o tema “Mundo em Descontrole”, com a participação dos ouvintes, estando disponíveis na forma original no site do *Centre for Study of The Global Governance*.

Deve-se destacar que a referida obra se encontra em estrita continuidade com o pensamento social e político mais geral do autor, já explicitado em obras como *As Conseqüências da Modernidade*, *A Transformação da Intimidade*, *Para Além da Esquerda e da Direita e A Terceira Via*, dentre outras, para se limitar a apenas algumas que nos referenciaremos no presente trabalho. Nestas, e em outras, Giddens dedica-se sobretudo ao estudo da modernidade, da globalização, da política, da democracia, em termos gerais, com a preocupação mais específica de compreender as transformações nas sociedades e as implicações destas na vida social e cotidiana dos indivíduos, mais precisamente no que concerne a temas como confiança, riscos, sentimentos e relações inter pessoais.

Destaca-se, ainda, o fato de o pensamento de Giddens ter não somente se espalhado pelo mundo, o que é atestado pela tradução de sua obra em mais de 40 idiomas, como também impactado a política, em nível mundial, tornando-se ele próprio conselheiro de líderes políticos na Ásia, América Latina e Austrália, tanto quanto nos U.S.A e Europa, e particularmente na Inglaterra, de Major e do Partido Trabalhista Inglês.

No texto escolhido para essa resenha, os dilemas sociais e políticos são repostos, não mais em termos de potências que se rivalizam, mas nas condições das sociedades poderem ou não exercer o controle de si mesmas, definir sua história, seu futuro. O dilema constituído por “se somos ou não marxista” é recolocado não mais na possibilidade de um determinado modo de organização social mais igualitário (socialista, comunista) ou do triunfo de uma classe sobre outra, mas em função da questão das sociedades na modernidade poderem ser capazes de fazer a

história à medida que são compreendidas. O contexto atual parece sugerir descontinuidades entre conhecermos a história e a transformarmos, além de dúvidas quanto às possibilidades de cada um desses termos atuar separadamente. É ponto passivo que as transformações histórico-sociais são consequência da ação humana; resta sabermos se ainda podemos falar de uma ação consciente e transformadora da sociedade, que a defina em termos de projeto, como fora o ideal da modernidade, propiciado pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Acostumamo-nos, nos últimos tempos, aos termos “risco”, “incertezas”, “imprevisibilidade”, “complexidade” que passaram a fazer parte de nosso vocabulário científico-social, ironicamente tão adversos às características do modelo de pensamento científico que se construiu com a modernidade, onde a ciência e a tecnologia eram os guardiões de uma sociedade possível e desejada.

Não é sem sentido que Giddens inicia sua análise da contemporaneidade histórico-social pelo fenômeno da globalização, pondo-o na base das transformações atuais, fugindo de imediato a duas posições antagônicas radicais: a que nega a existência de tal fenômeno, e a que afirma peremptoriamente sua existência como algo unidimensional e unidirecional. Foge, portanto, à discussão que julga por demais simplista, centrada simplesmente em torno da afirmação/negação da existência do fenômeno para, ao invés, situá-lo em meio a uma complexidade que implica, por um lado, sua pluridimensionalidade, abrangendo as diversas dimensões da vida – econômica, social, política, cultural e privada. Trata-se de um movimento de mão dupla, que se efetiva tanto no sentido de uma homogeneização do mundo, como na explicitação de manifestações das diferenças e particularidades, no que pese inclusive as resistências das identidades culturais e mesmo nacionais em termos de poder e influência, como contrapartida, fato esse que se caracterizou pela expressão “colonização inversa”. Assim, só em parte a globalização pode ser identificada com a ocidentalização do mundo, integrando-a também fenômenos e processos complexos de resistência e afirmação das particularidades.

Em *As Conseqüências da Modernidade*, publicado originalmente em 1990, que nos referenciamos para fins de corroboração, o autor atribui a globalização à própria condição da modernidade e a define como uma forma de organização da vida social em termos do que denominou de alongamento espaço-tempo, ou seja, a capacidade das relações sociais em nível local presencial serem influenciadas por fatores à distância, não presenciais, embora que partes de um mesmo processo histórico-social, ressaltando, no entanto, o caráter “anverso” desse processo, ou seja, que tais influências se dão mutuamente, fortalecendo pressões por autonomia local e processos de identidade cultural regional. (GIDDENS, 1991, p. 91).

A abordagem do autor acerca da globalização consiste em compreendê-la como um fenômeno histórico, propiciado sobretudo pelo aprimoramento tecnológico das comunicações que

constitui a base para a aproximação das demais outras esferas da vida, não devendo se constituir como opção para nós rejeitá-la ou aceitá-la peremptoriamente, mas compreendê-la criticamente, o que significa adentrar a sua natureza, conhecer as suas implicações e conseqüências, prever os riscos e possibilidades.

A globalização, portanto, é a base de onde o autor parte para a análise de diversos outros temas implicados, no período histórico atual, tais como risco, tradição, família e democracia, termos esses que constituem os capítulos da obra que ora resenhamos. Ao abordar o risco, debruça-se tanto sob uma perspectiva histórica como também etimológica, afirmando a inexistência de tal noção nas culturais tradicionais, até a Idade Média, tendo seu uso inicial a partir dos séculos XVI e XVII, em que o termo adquirira uma conotação espacial ligada à empresa marítima comercial quando do estabelecimento das rotas de navegação, estendendo-se posteriormente às transações financeiras, bancárias, etc, e, finalmente, a aspectos culturais mais amplos do próprio capitalismo, incluindo, hoje, as próprias decisões pessoais.

O risco pressupõe uma sociedade fundada numa determinada forma de consciência em relação ao tempo em que o cálculo se torna um fator necessário para administrar as ações humanas, cujas implicações e realização requerem a noção de futuro, tal é a ética do capitalismo, já proposta por Weber, ou, se preferirmos, da própria modernidade. Segundo Giddens, “o conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com seu passado, a característica primordial da civilização industrial moderna”. Não se trata de afirmar a inexistência de perigos e catástrofes ou a inexistência de medos com relação ao futuro, existentes também em épocas históricas passadas, mas, de uma determinada forma, de se reportar ao futuro mediante ações no presente, cujas implicações demanda o tempo para que sejam realizadas de acordo com as expectativas almejadas. Esse é o caso da conduta humana na sociedade capitalista, inicialmente relacionada aos investimentos financeiros, comerciais, destacando-se nesse bojo as companhias de seguro, financiamentos, empréstimos, sistemas de seguridade, mas também se estendendo às expectativas humanas em geral, relacionadas à vida privada, como o casamento, a família, as decisões de foro íntimo, dentre outras.

Giddens propõe uma distinção entre “risco externo” e “risco fabricado”, estabelecida para caracterizar tipos mais específico de riscos com os quais a sociedade contemporânea vem lidando: os que estão estritamente associados às próprias ações humanas, podendo ser pensado como conseqüências destas, tal é o caso do risco fabricado, ainda que se torne difícil e muitas vezes impossível identificar tal distinção, daí realizar tal análise de forma problemática e questionadora. Nessa análise são incluídos os riscos inerentes às questões ambientais, nucleares, de saúde (como a AIDS), da própria ciência, dentre outros. Conclui a mesma afirmando a

inevitabilidade de se viver numa época global sem ter que lidar com riscos, e, ainda, os esforços humanos no sentido de minimizá-los ou prevê-los.

Ao propor abordar o tema “risco”, que em outro momento o autor analisa a partir de algumas outras categorias associadas, tais como segurança, perigo e confiança, estabelecendo relações e particularidades, seu objetivo é suprir o que ele mesmo definiu como uma lacuna do pensamento sociológico clássico que, dado ainda não levar a negatividade da modernidade a conseqüências mais radicais, não previra a associação entre aquela e questões que só mais tarde, com o transcurso histórico, aparecerão, tais como a destruição do meio ambiente material, o totalitarismo (combinação de poder político, militar e ideológico – bem mais aterrorizante que o “despotismo” pré-moderno), a industrialização da guerra, a invenção do armamento nuclear, dentre outras. (GIDDENS, 1991, p.17)

Ao abordar a tradição, Giddens o faz a partir de conceitos tais como modernidade, dependência, autonomia, identidade, dentre outros, e em continuidade, ainda que de forma modificadora, com a abordagem de Hobsbawn e Ranger acerca da invenção das tradições. Para o autor, a tradição é uma noção recente, criação do próprio iluminismo, cujo termo inexistia até bem pouco tempo nos dicionários modernos, ainda que já o existisse na língua latina, com significado próprio. Diferentemente do que muitos pensam, as tradições mudam, inexistindo o que o autor chama de “tradição pura”, assim também como é falso o pressuposto de que uma tradição precisa ter existido por séculos. Existem tradições recentes, sendo que o que lhes caracteriza são a evidência de ritos e repetições, além de pertencerem a grupos, comunidades ou coletividades. Toda tradição possui sua verdade, que se pretende definitiva, embora que sujeita a mudanças, assim como toda tradição tem seus guardiões, quer sejam os feiticeiros, sacerdotes ou sábios. Como uma criação do iluminismo, tradição e modernidade não devem ser vistas necessariamente como em oposição. Se por um lado, a modernidade (e a ciência) tendem a sucumbir à tradição, por outro, transformam-se também em tradição, que não é inteiramente destruída, mas assumida em diversas outras dimensões e espaços da vida moderna. A tradição é inerente a toda a sociedade, corroborando para sua existência e continuidade.

Para o autor existe uma relação entre o declínio da influência das tradições e as transformações na identidade, o que explica o surgimento na modernidade de teorias e técnicas que se sustentam em torno da revisitação do passado, como a psicanálise, os diversos grupos de auto-ajuda, como os Alcoólicos Anônimos, cujas técnicas baseiam-se na reescrita da história (da história individual) por parte dos próprios indivíduos como forma de superar situações de dependências. Por fim, o autor tece considerações acerca das relações entre tradição e fundamentalismo. Este último, de surgimento também recente, em resposta às influências

globalizantes, impõe vitalidade aos guardiões das tradições, consistindo-se não em crenças religiosas, mas no modo como a verdade das crenças é defendida.

O autor destaca a esfera da intimidade, representada particularmente pela instituição família, situando-a no interior da arena entre a tradição e a modernidade, cuja forma tradicional de organização e significado vem sendo modificados ao longo do processo de globalização para uma forma que denominou de “comunicação emocional” ou “democracia das emoções” à exemplo da democracia pública, ainda que tais transformações aconteçam de forma desigual nos diferentes espaços do globo. São as seguintes as principais transformações sofridas pela família tradicional em direção a características mais modernas: sua constituição como uma unidade econômica para uma com base no amor sexual romântico, sua constituição com base na diferencial sexual para outra com base na igualdade de direitos entre homens e mulheres, o mesmo se aplicando à relação entre pais e filhos; o abandono da sexualidade direcionada exclusivamente para a procriação, como exemplo de virtuosidade feminina, em contraposição ao aventureirismo masculino, e, ainda, a autonomia da sexualidade em relação ao próprio casamento; a relativização do modelo unicamente heterossexual de relação em contraposição à crescente emancipação do modelo homossexual e, por fim, a adoção cada vez mais crescente da união informal. O autor chama a atenção para a crescente adoção do termo “relacionamento” em detrimento do termo “casamento”, o que implica na diferenciação das formas de compromisso adotado na esfera da intimidade. Vive-se, hoje, de forma predominante, o tempo da intimidade e dos relacionamentos, da comunicação emocional que não integravam as características do casamento tradicional. Muito mais do que nos tempos passados, o casamento hoje se caracteriza pelo diálogo democrático, pela confiança mútua, daí o que o autor chama de “relacionamento puro” caracterizar-se pela ausência de poder arbitrário, violência e coerção, traçando paralelos com as relações sociais e políticas no sentido mais amplo.

Em *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* Giddens se detém mais especificamente na transformação sofrida pela sexualidade, termo com o qual propôs igualmente compreender o amor e as relações de gêneros no âmbito da intimidade, quando passa a se constituir como de relevância pública, não mais privada, associada aos conceitos de revolução e democracia. O protótipo dessas transformações é exatamente o que denominou de “relacionamento puro” por implicar a igualdade dos sexos, reivindicada, sobretudo pelas mulheres, mas que passa a constituir o ponto mais visível das transformações na esfera da intimidade nas sociedades modernas. O relacionamento puro pressupõe por sua vez um tipo de compromisso sexual que para o autor foi o amor romântico que a despeito de suas contradições –

inaugura o machismo moderno –, se caracteriza por qualidades intrínsecas ao próprio vínculo, diferentemente do compromisso tradicional, fundado nas necessidades unicamente de reprodução.

A sexualidade para Giddens, assim como a própria esfera da intimidade, passam a se constituir temas de relevância e significado público, sendo associados às questões de natureza política e social mais ampla. Como ele mesmo afirmou na obra supracitada, “a intimidade implica uma total democratização do domínio interpessoal, de uma maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública”. (GIDDENS, 1993, p.11)

Ao abordar a democracia, último tema proposto nesse trabalho, o autor inicia por demonstrar através de um breve levantamento histórico seu avanço e a consolidação no mundo, paralelamente à derrocada dos sistemas autoritários, assim como também as causas desse sucesso. Destaca que os regimes autoritários e as próprias economias a eles atreladas tornaram-se incompatíveis com a onda de flexibilização, liberdades e dinamismos, decorrentes da expansão econômica em nível global, propiciado por sua vez pelo avanço das formas de comunicação e interação humanas, decorrentes de avanços tecnológicos, que demandou uma abertura em escala mais ampla, gerando novas expectativas de vida.

Por outro lado, e isso constitui o que o autor denominou de “paradoxo da democracia”, à medida que esta avança, no rastro dos países da Europa ocidental e norte-americanos, seu contexto histórico original, evidencia-se um descontentamento popular nesses países onde a democracia se encontra já consolidada, evidenciada por pesquisas que indicam, dentre outros fatos, a perda parcial de confiança nos políticos como representantes dos interesses sociais; a diminuição no número de votantes por ocasião das eleições (claro que isso ocorre em países onde a votação não é obrigatória, como nos E.U.A); a insatisfação na prática política dos parlamentares, decorrente sobretudo de envolvimento com a corrupção, além do distanciamento em relação a questões sociais outras, tais como ecologia, direitos, política de família e liberdade sexual. O autor salienta, no entanto, que tal descontentamento não se refere à instituição da democracia, enquanto tal, mas a determinadas formas e processos, sobretudo no que concerne ao modelo denominado “democracia representativa”, criticado por muitos sem que isso significasse o abandono da instituição em si.

Em vista dessas contradições, Giddens sugere que a democracia seja revitalizada por meio do que ele denominou de “democratização da democracia”, ou ainda, de seu aprofundamento, o que implica, dentre outros fatores, a descentralização efetiva do poder, ainda fortemente no nível nacional; criação de medidas efetivas de combate à corrupção; realização de reformas constitucionais necessárias; criação de procedimentos democráticos alternativos,

sobretudo voltados para uma maior aproximação das preocupações cotidianas dos cidadãos, como por exemplo, júris populares, referendos eletrônicos, e o desenvolvimento de uma nova cultura cívica progressista, que ultrapasse a esfera do estado-nação, assim como a esfera política e a econômica, fundando-se na democracia das emoções, na família, como referência à esfera da intimidade, na tolerância, no âmbito da sociedade civil, como parte constitutiva e essencial do tripé que para o autor deve constituir o fundamento de uma democracia revigorada – governo, economia e sociedade civil, em proporções de poder equilibradas. Sob tal pressuposto, o autor explicita sua posição política, definida como *A Terceira Via*, título de mais uma obra sua (GIDDENS, 1999): a crítica à autonomia do mercado e ao exclusivismo estatal, enfatizando o fortalecimento da sociedade civil, desta vez fundada sobre uma nova cultura cívica que deverá constituir a base do próprio governo.

A partir do exposto, prestamos as seguintes considerações com as quais finalizamos o presente trabalho: a obra que acabamos de resenhar coloca-nos diante de novos dilemas humanos e sociais, concernentes às mais diversas esferas da vida, que justificam a necessidade de repensarmos nossas categorias teóricas, valores e destino. São dilemas que dizem respeito sobretudo ao governo dos estados, às relações sociais e interpessoais, à esfera da privacidade e do cotidiano, ao sentido da vida e da história, dentre outros. Acostumamo-nos com a modernidade a acreditar que podemos ter certezas, administrar o imprevisto e, assim sendo, projetarmos um mundo de acordo com a nossa capacidade de planejamento e ação, munindo-se de instrumentos que nos pareciam (e para muitos, ainda parecem) confiáveis, como a ciência, o conhecimento, em geral, a própria tecnologia, e, ainda, a capacidade de diálogo e entendimento. A modernidade, que não se limita a apenas a um período histórico circunscrito a determinados espaços, que se tornam cada vez mais extensos ou globais, mas toda uma representação social e cultural de mundo e sociedade dominante, transformou-se, como o próprio Giddens apregoa, numa tradição, no interior da qual estamos ainda imersos, em todos os seus valores e significados. As revoluções políticas e sociais, o otimismo econômico-produtivo, a cultura do planejamento, a certeza no conhecimento, dentre outros valores, explicam-se em função da crença em certezas e no pressuposto de que dominamos nosso destino e a própria história. Tais valores se evidenciaram com a denominada crise da modernidade não mais confiáveis. Acostumamo-nos, nos tempos recentes, a um dicionário, para muitos sombrio e pessimista, cujos termos passaram a fazer parte da agenda temática nas ciências sociais: plasticidade, fluidez, liquidez, flexibilidade, relatividade, incertezas, descontrole, insegurança, dentre outros termos que podem ser resumidos na expressão cunhada por Bauman “tempos líquidos” (BAUMAN, 2007), tudo isso a indicar que adentramos

uma nova era de incertezas e imprevisibilidade, requerendo o que para muitos se trata de um novo paradigma para compreendermos e vivermos os tempos atuais.

A obra aqui apresentada nos coloca diante desses dilemas, obrigando-nos a repensarmos o que fora cara à tradição marxista e à nossa própria formação social e política – a capacidade de fazermos a história, traçarmos o nosso destino, além de evidenciar o rumo que as sociedades estão tomando para que, no mínimo tenhamos consciência das implicações desses processos na nossa vida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole. O Que a Globalização Está Fazendo de Nós**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

A CONSCIÊNCIA BURGUESA DE CLASSE ESPAÇO URBANO E SOCIABILIDADE

Resenha do livro de PINCON-Michel; PINCON Monique Charlot. *Guetos de Gotha. Como os ricos defender seu espaço*. Paris: Seuil, 2007, 294 p.

Irlys Alencar Firmo Barreira¹⁵

A idéia de que os agrupamentos sociais são solidários, principalmente em situação de carência econômica, influencia parte significativa da reflexão sociológica baseada no princípio das afinidades eletivas entre iguais, supostamente indutor de uma “consciência de classe”.

¹⁵ Professora titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Bolsista CNPq.

Relativizando essa assertiva, os autores do livro *Les Ghettos du Gotha* identificam práticas e sociabilidades características de um “militantismo” e um “coletivismo” próprios da burguesia, tendo como referência o lugar de moradia de parisienses ricos. As estratégias menos visíveis desses “militantes” singulares, longe de expressarem a idéia de um complô, efetivam-se em planos múltiplos de sociabilidade. Incluem a existência de eventos festivos, redes de influência e capacidade de transferir, ao mercado, as conhecidas formas de segregação social, driblando as leis de incentivo à habitação social¹⁶.

Os ricos, organizados em guetos habitacionais, integram uma densa rede de associações, comitês, conselhos e círculos, protegendo-se dos que não fazem parte do mesmo espaço físico e social. Essa é a temática fundamental desenvolvida no livro de Michel Pinçon e Monique Pinçon, fundamentada em exemplos colhidos na análise de guetos da alta burguesia parisiense tais como Neully e Villa Montmorency.

A pesquisa que serve de base ao livro aponta um percurso original no que se refere à escolha e ao tratamento analítico do tema. Os autores, refletindo acerca da raridade de trabalhos sobre a classe burguesa, observam que a maior parte dos sociólogos sente-se pouco à vontade em presença dos dominantes. Consideram que fraco interesse dos pesquisadores por uma sociologia da alta sociedade tem por conseqüência a ausência de contato direto com os indivíduos pertencentes à burguesia. A resistência em entrevistar os poderosos seria, na versão dos pesquisadores franceses, um efeito da dominação simbólica e uma bela demonstração da força desse tipo de violência nas relações sociais, exercida mesmo antes de todo contato direto.

Michel Pinçon e Monique Pinçon, vencendo preconceitos e resistências pessoais, adentraram o universo cultural da burguesia participando de eventos e jantares que oportunizaram a observação mais acurada de um estilo de vida e forma de sociabilidade típicos dessa classe social. Dando continuidade às investigações sobre o comportamento e *habitus* de classe da grande burguesia, em várias das pesquisas já publicadas¹⁷, os autores fundamentam suas reflexões nos trabalhos de Pierre Bourdieu e Monique de Saint Martin, de quem retiram o arcabouço teórico indispensável e estimulante para, segundo suas próprias palavras, “proceder a essa análise e nos fazer lançar nessa aventura. Sem eles não era possível ter essa coragem”. O papel essencial das redes e círculos nos quais transitam as classes dominantes que constituem a Nobreza de Estado¹⁸

¹⁶ Habitação destinada aos moradores de menor poder aquisitivo. Na França, a proposta legal de regulação da segregação instituída em 2000 supõe a destinação de de 20% de moradias para a habitação social.

¹⁷ Ver , por exemplo, entre outros, *Dans les beaux quartier* (2001), Seuil; *Sociologie de la bourgeoisie* (2007), La Découverte

¹⁸ *La Noblesse D'État* (1989), Grandes Ecoles et Esprit de Corps, les Éditions de Minuit, Paris.

serve, portanto, de inspiração à pesquisa sobre os guetos burgueses contemporâneos, realçando, segundo os autores, o terreno sugerido, mas não plenamente explorado por Bourdieu¹⁹.

A mobilização dos espaços de pertencimento, tendo em vista o reforço de interesses comuns é uma das formas de existência da classe burguesa, modulando e substituindo a necessidade de longas negociações tensas. A conciliação entre pares em círculos variados da vida social e política assegura, nesse sentido, uma adequação espontânea entre objetivos e meios de atendê-los.

Diversas zonas de sociabilidade são construídas de modo a tornar possível o encontro entre indivíduos pertencentes a uma mesma classe social, destacando-se a identificação dos semelhantes e as aprendizagens precoces, efetivadas de modo eficaz. A criação de entidades associativas impulsiona e reproduz esse código de sociabilidade marcado pelo luxo e pelas regras de pertencimento incluindo o consumo e a pompa presente nos locais de encontro.

A existência de *rallyes*, isto é, grupos informais organizados e enquadrados visando a integração e a socialização dos jovens burgueses, a partir, dos 11 ou 12 anos supõe atividades culturais, esportivas e sociais com pares selecionados, capazes de reforçar um projeto educativo que se acrescenta ao sistema escolar e complementa a socialização familiar, desenvolvendo o espírito de associativismo (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007). Pertencer a um *rallye* é, de certo modo, aceder à entrada em uma grande escola caracterizada por manter fortemente regras de inclusão e exclusão. Em tal situação observa-se a inexistência de fronteiras fluidas, pois os membros fazem ou não parte da agremiação de maneira exclusiva, explicitando um fenômeno de cooptação não observável em nenhum outro agrupamento social. O mesmo ocorre no interior de certas práticas esportivas acompanhadas de disciplinas e regras de comportamento. As maneiras de se vestir e os gestos reafirmam a condição de classe, assim como o encontro entre amigos pertencentes a um mesmo segmento social, a exemplo da convivência entre semelhantes em um campo de golfe.

As grandes famílias fazem um trabalho de investimento na organização de seus membros, abarcando diferentes formas de sociabilidade presente nos círculos associativos e conselhos de administração. Em síntese, existe um conjunto de práticas de recrutamento que, a todo instante, define os contornos dos integrantes da grande burguesia, mobilizando-a enquanto classe social, no cultivo de seus interesses.

¹⁹ Os autores, em entrevista concedida à Marion Rousset, publicada no periódico *Régards* 46, em dezembro de 2008 e difundida no site www.regards.fr afirmam que Bourdieu preparou o terreno da pesquisa com a grande burguesia, mas subestimou a influência dos círculos de sociabilidade.

A sociabilidade burguesa põe também em evidência os dominantes de cada universo profissional. Realizando a ultrapassagem da segmentação institucional, assegura a existência de privilégios por meio da conjugação de tarefas necessárias à reiteração de posições de classe. Os clubes, jantares e coquetéis, as partidas de golfe e a caça reagrupam e mobilizam lugares sociais, confirmando a idéia de que não é possível tornar-se rico sozinho. A durabilidade da riqueza econômica deve ser assegurada e legitimada por uma riqueza social. As instituições e seus porta-vozes orientam-se, portanto, para a acumulação racional de capital social. Os clubes são também uma espécie de multinacional das altas classes que lhes asseguram, entre outras vantagens, aquela de encontrar, em qualquer canto do globo, a ocasião de viagens agradáveis e estadias profissionais em lugares marcados pelo conforto e discrição, reunindo os pares e homólogos da mesma posição social.

Para além de uma conceituação rígida que define previamente o grupo de agentes sociais como expressão de um lugar fixo, destaca-se, na percepção teórica desenvolvida no livro, a rede de convivência latente e ativa entre todos os membros da classe, com seus apelos e respostas. As solidariedades controladas pela nobreza de estado asseguram uma dose sólida e autêntica de apoios e reciprocidades, reproduzindo a troca de bens e serviços de classe. A grande burguesia organiza-se em rede, pondo em contatos reais e potenciais integrantes, reforçando o conjunto dos indivíduos que pertence à sua classe.

Destacam-se, nesse contexto de conjugação de interesses comuns, os presidentes de oito associações de defesa do patrimônio (G8) que se reúnem mensalmente, desde 2002, com “objetivo de intervir, junto aos poderes públicos, na defesa e promoção do patrimônio”. O G8 constitui, portanto, um lobby importante e eficaz que funciona como grupo de pressão graças aos numerosos contatos feitos com deputados e senadores, ativando pontes importantes de comunicação entre as instituições dirigentes e as associações, contando, ainda com o referendium da imprensa. Os espaços patrimoniais são duplamente protegidos. Pelo seu valor intrínseco e pelo poder das pessoas que têm interesse direto em defendê-los.

A grande burguesia, ao cuidar da qualidade de seus lugares de vida, defende também interesses gerais, efetivando a magia, que se apóia no direito e na estética, de legitimação de valores universais. Ao salvaguardar um monumento histórico em seu conjunto, beneficiará as famílias mais arrendadas, a exemplo da Liga Urbana e Liga Rural que defendem os centros das cidades, protegendo o espaço das demolições e promovendo igualmente uma arquitetura de qualidade. Ao mesmo tempo, a localidade protegida se beneficia do turismo, inserindo-se no âmbito de uma concorrência internacional pelo prestígio e reconhecimento do lugar.

As famílias engajadas na defesa do patrimônio também se utilizam das leis, dispondo de um saber que não as deixa desamparadas diante do aparelho judiciário. Entre as relações de amizade há sempre profissionais do direito que podem ser considerados ramificações jurídicas do capital social. Esses profissionais autorizam uma utilização otimizada da lei, com conhecimento das brechas e disposição derogatórias. Na prática, os dominantes trabalham sempre pela perpetuação de suas conquistas, limitando, de fato, a chegada de categorias populares nos locais próximos às suas residências.

Encontra-se, nesse caso particular do urbanismo, a atitude de poderosos de praticar a ambigüidade que permite tratar separadamente o pensamento e a ação. A manutenção de privilégios utiliza-se sempre dessa dualidade estrutural que opõe discurso e prática, afirmando e denegando o princípio da igualdade, solenemente incluído na legislação republicana.

Muitas das estratégias de valorização dos espaços já conhecidas são mencionadas no livro de Michel Pinçon e Monique Pinçon. Os autores destacam o exemplo atual que se tornou objeto de crítica, do proprietário generoso do *chateau* que oferece terreno para a construção da igreja e abre seu parque aos habitantes, assegurando a defesa de sua propriedade com base no discurso da necessidade e salvaguarda de um monumento histórico.

Os conflitos sobre as formas de uso e ocupação dos espaços, acompanhados de justificativas a respeito da preservação da memória são recorrentes. O Círculo do Bois de Boulogne, que é uma instituição centenária solidificada na lembrança dos membros da alta sociedade, constitui uma expressão desses “lugares de memória”. Na mesma perspectiva, os loteamentos de elite construídos sobre a Cote d’Azur e sobre a Córsega, asseguram os aspectos de co-propriedade definidos a partir de um plano local de urbanismo.

Neully representa outro exemplo mencionado pelos autores do livro, de transformação urbana efetivada segundo a lógica da dominação simbólica sobre os usos do espaço. Situada na zona oeste de Paris, a localidade ergueu-se como expressão de prolongamento dos bairros ricos. No ano de 2007, iniciou-se o processo de construção de hotéis particulares em meio a um grande parque. Houve um acordo tácito entre os habitantes e os responsáveis pela localidade de manter este paraíso urbano, também protegido pelas regras de urbanismo, instituídas desde o sec. XIX, assegurando a intercessão entre a homogeneidade social e interesses ideológicos e políticos.

Paris é um lugar no qual as associações proliferam, com base em motivações e composições variadas. A tradição das associações das grandes famílias existe desde o impacto das transformações *haussmannianas* sobre a paisagem parisiense. A Sociedade Histórica e Arqueológica da oitava zona espacial (*arrondissement*), fundada em 1899, cuida da preservação

de prédios de destaque e significação histórica, tentando diminuir a mudança espacial provocada por bancos e companhias nas grandes avenidas. No mesmo sentido, a entidade SOS Paris, criada em 1973, tenta impedir a realização de projetos de impacto sobre a área urbana, lutando pelo patrimônio arquitetural de Paris contra a destruição de imóveis, mercados e demolição de edificações. As ações de *lobby* com os poderes públicos, desenvolvidas por seus 800 membros, incluindo delegados de associação e militantes em cada quarteirão, associam-se às manifestações pela defesa do patrimônio visando tornar a capital francesa uma vila dotada de vitalidade, com atmosfera e charme de mercados, pequenos bares e restaurantes.

As classes dominantes possuem duas formas de capital específico. O capital patrimonial e o capital mundano que se torna pouco a pouco inacessível àqueles que não são por ele beneficiados desde o nascimento. O capital patrimonial combina, em uma configuração original, os capitais econômico, cultural, social e simbólico. Se as riquezas acumuladas representam o dinheiro reunido em grandes proporções, também a cultura, os saberes e ainda as relações sociais inscrevem-se em um conjunto que forma um todo condensado e explicitado na notoriedade do nome. O hotel particular, o grande apartamento na Rua Faubourg Saint Germain, a casa de família e muitas vezes o *chateau*, a coleção de velhos livros, os objetos preciosos e as obras de arte articulados às alianças familiares e as redes de contato, construídas ao longo do tempo, simbolizam a posição dominante. A riqueza acumulada não é pessoal, pois pertence à família e ao grupo no presente, passado e futuro, interditando a entrada do novo rico no esquema de acumulação e reprodução.

Refletindo sobre a condição de classe e a formação de modalidades diferenciadas de capital, os autores consideram que o capital mundano não é redutível ao capital social porque ele coloca em jogo o conjunto das qualidades pessoais. Possuir um capital social é tornar-se portador de riquezas diversas partilhadas, herdadas e transmitidas. O corpo deve traduzir este estado de excelência, na medida em que o grande burguês está além de uma definição de classe baseada na profissão. É o fato de ser burguês que modula as maneiras de ser homem ou mulher, grande ou pequeno, aluno brilhante ou medíocre, ao contrário do que ocorre em outros segmentos de classe. A essência burguesa, segundo os postulados dos pesquisadores dos guetos da classe dominante, precede à existência social.

Se em outros segmentos sociais a precariedade crescente e os efeitos devastadores da especulação imobiliária induzem uma instabilidade residencial que reforça a inscrição das fraturas sociais na cidade, por contraste, a estabilidade dos dominantes e a inscrição de suas vidas em espaços segregados, dão visibilidade ao tratamento de exceção do qual se beneficiam. Os ricos

espaços habitacionais, objeto de várias pesquisas de Michel Pinçon e Monique Pinçon²⁰, são a cristalização espacial de todas as riquezas acumuladas.

Ao final da obra, os autores retomam o tema da reprodução social. Indagam: como modificar o processo sem fim da reprodução, em uma sociedade dita democrática, mas profundamente desigual? A reflexão torna-se mais complexa, considerando-se que os preceitos da liberdade, igualdade e fraternidade, ambigualmente postos em cena pela aristocracia do dinheiro, se unem aos princípios de legitimidade, mérito pessoal e herança. O nascimento, nessa perspectiva, tornou-se sinônimo de qualidades inatas e o mérito perverteu-se pelo peso das origens acompanhando a rota da hereditariedade.

O agravamento da discriminação social do espaço urbano reforça, na investigação de Michel Pinçon e Monique Pinçon, todas as outras injustiças sociais ligadas às origens à escola e ao emprego, a exemplo dos jovens da cidade que põem fogo na viatura de seus vizinhos. Não seriam eles vítimas de uma violência mais discreta e mais cotidiana que lhe retira toda a esperança? A indagação reforça o argumento de que é necessário começar a romper o silêncio cúmplice dos “beaux quartier”.

A visibilidade dessa situação deveria, na perspectiva de Michel Pinçon e Monique Pinçon, começar pelos pesquisadores que mesmo especializados em sociologia urbana abordam raramente os problemas da cidade a partir da agregação de altas famílias nos mesmos lugares, gerando a especulação imobiliária, tornando os centros urbanos inabitáveis e reproduzindo, no espaço físico, as discriminações e injustiças sociais.

Em síntese, os autores concluem que o funcionamento de uma classe social solidária aparece de forma nítida no momento em que são abordados os lugares, os patrimônios familiares e a sua transmissão. Esses são aspectos menos visíveis, porém não menos importantes que as questões financeiras ou os poderes econômicos normalmente privilegiados nas investigações sociológicas.

A grande burguesia constitui, nesse sentido, a realização mais acabada da noção de classe social, no sentido marxista do termo. Os contatos as amizades e as solidariedades, nem sempre explicitadas em uma observação corriqueira, solidificam as decisões que devem ser percebidas como fundadas no interesse geral e na igualdade de tratamento entre os cidadãos. Nesse sentido a classe burguesa se afirma ideologicamente, transcendendo interesses particulares e justificando afinidades eletivas.

²⁰ Ver, por exemplo, *Dans les beaux quartier*, Seuil, Paris, 2001.

O livro abre uma polêmica interessante sobre a idéia da classe social como exercício de interesses convergentes, fornecendo elementos interessantes para uma metodologia de pesquisa em outros contextos sociais. A idéia de que a burguesia é a classe por excelência põe, no entanto, indagações sobre outros critérios necessários á análise de classe dos dominados. Estes, não podendo contar com as facilidades de acesso promovidas pelas origens, ou os recursos fáceis de sociabilidade terminam recorrendo a instituições e associações indutoras da “homogeneidade”.

A sociabilidade da classe burguesa organiza-se por meio de uma teia de relações sociais na qual cada parte conecta-se com o todo, contradizendo a idéia desse segmento social como uma classe obsoleta, historicamente ultrapassada e fora do jogo. Só o conhecimento de seu funcionamento pode dar as respostas às questões sobre a reprodução e crescimento das desigualdades.

Se a investigação fundadora de uma sociologia da classe burguesa encontra-se bem explicitada na obra dos pesquisadores franceses, o desafio de como analisar as estratégias dos diferentes coletivos, denominados na sociologia por classes sociais, continua em aberto. Sobretudo, em se tratando da sociedade brasileira marcada por formas mais sutis e simbólicas de dominação social e política.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, PIERRE: - **La noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps.** Paris: Editions de Minuit, 1989.

PINCON-Michel; PINCON Monique Charlot. **Dans les beaux quartier.** Paris: Seuil, 2001.

PINCON-Michel; PINCON Monique Charlot. **Guetos de Gotha. Como os ricos defender seu espaço.** Paris: Seuil, 2007, 294 p.

PINCON-Michel; PINCON Monique Charlot. **Sociologie de la bourgeoisie.** Paris: La Découverte, «Repères», 2007.

ROUSSET, Marion. **Enseignants sous surveillance.** Disponível em: <<http://www.regards.fr/article/?id=3592&q=marion#p4>>. Acesso em: 27 set. 2009.

A DINÂMICA DA ANTROPOLOGIA DE DONA EUNICE

Resenha do livro de DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, 477p.

Léa Freitas Perez²¹

Organizado por Omar Ribeiro Thomaz, com prefácio (imperdível) de Peter Fry e orelha de Ruth Cardoso, *A dinâmica da cultura*, testemunha e atesta a dinâmica da trajetória intelectual e profissional de sua autora, Dona Eunice (como a chamo, com carinho e profundo respeito, desde meus tempos de formação), a “*doyenne* da antropologia da USP” (como diz Fry).

A dinâmica da cultura é um valioso e vigoroso documento relativo a uma parcela crucial da história da antropologia brasileira, particularmente a feita na USP e em sua vertente urbana. Descortina o exercício incansável e meticuloso do *métier*, “quase cinquenta anos [nos diz ela] dedicados à pesquisa e ao ensino da antropologia” (p.19). Antropologia que jamais se fechou sobre si mesma, ao contrário, sempre posta em diálogo e em embate com outras disciplinas tais como a sociologia, a ciência política e também, para surpresa de muitos, com a biologia, “amor oculto (mas não ilícito)”, revelado através último capítulo, “Chimpanzés também amam: uma reflexão sobre a importância das emoções na vida social humana”.

É do embate com o marxismo que nasce, por exemplo, o que muito provavelmente seja a mais importante contribuição da antropologia de Dona Eunice à antropologia brasileira: sua reflexão sobre o conceito de cultura – “na teoria e na prática antropológicas, e sua relação complementar e indissociável do com o conceito de sociedade”, como muito apropriadamente observa” (p. 30). Revisitando o conceito de cultura na tradição antropológica, resgata-o para a compreensão das sociedades complexas. “A dinâmica da cultura na sociedade moderna” e “Cultura e ideologia”, respectivamente capítulos 7 e 9 do livro, foram textos seminais para toda uma geração. Fotocópias circulavam de mão em mão e eram intensamente citados. Os quase trinta anos que se passaram não tiraram o vigor e a propriedade desses textos. Nos tempos de correm, talvez mais do que nunca, é preciso estar atento à dinâmica cultural e às reificações conceituais que grassam por aí.

²¹ Professora associada do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

É também dessa mesma proveniência o texto “A família operária: consciência e ideologia” (capítulo 8), no qual a autora mostra que, *malgré* as pregações marxistas em voga no final dos anos 1960, a família era uma unidade fundamental, se não mais como unidade de produção, como unidade de consumo e ajuda mútua. Essa clássica temática antropológica também é tratada em “Família e reprodução humana” (capítulo 13).

O fôlego teórico é também evidenciado no capítulo 5, “Malinowski: uma nova visão da antropologia”, onde a autora repensa o funcionalismo clássico a partir da indagação a propósito da propriedade de aplicação de seus pressupostos à pesquisa em sociedades complexas. Resgata as proposições fundamentais acerca da pesquisa antropológica: “o relativismo cultural e a inter-relação entre os diferentes aspectos da cultura e a integração entre ação e representação” (p. 30).

As preocupações com os rumos que a pesquisa social estava tomando no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, particularmente o viés militante e a redução do empírico a umas poucas entrevistas, são expressos em “Movimentos sociais” (capítulo 10); “O lugar do índio” (capítulo 11); “A pesquisa antropológica com populações urbanas” (capítulo 14) e “A sociedade vista da periferia” (cap. 15). Ainda hoje são referências incontornáveis, legítimos manuais, em se tratando de pesquisa em sociedades complexas.

O livro brinda o leitor com primorosas etnografias (a autora é uma ardorosa defensora da pesquisa empírica baseada na observação participante), fundamentais para o entendimento dos processos de mudança ocorridos no Brasil no bojo da urbanização e da industrialização evidenciando as quão complexas e profundas são, entre nós, as imbricações entre tradição e modernidade. São elas: “A difusão do advento da promessa no Catulé” (capítulo 1); “Imigrantes italianos” (capítulo 2); “As comunidades tradicionais e a migração” (capítulo 3); “Migrantes rurais” (capítulo 4). Esses textos evidenciam também o já mencionado diálogo que a autora estabelece entre a antropologia e sociologia.

O duplo lugar que ocupou – de pesquisadora e militante – no campo do ensino superior aparece representado no texto “USP 50 anos” (capítulo 12). Sobre esse texto, datado de 1984, relido em função do livro, diz surpreender-se, mas não alegremente com sua atualidade.

Produto de uma escuta atenta e de um olhar arguto sobre (e em suas próprias palavras) “o modo como seres humanos empiricamente definidos incessantemente constroem coletivamente sua própria existência, atribuindo-lhe significado” (p. 35), *A dinâmica da cultura* proporciona ao leitor uma incursão nas grandes questões e polêmicas que sacudiram nos tempos da dupla ditadura (dos militares de um lado, e dos os marxistas, de outro) e, em grande medida, ainda

sacodem o mundo intelectual e político brasileiro. Tradição e modernidade. Campo e cidade. Cultura e ideologia. Pesquisa acadêmica e militância política.

Dona Eunice, muito obrigada.

EXCLUSÃO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS: UM DEBATE RUMO À INCLUSÃO SOCIAL

Resenha do livro de WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006, 319p.

Maria Aparecida Ramos da Silva²²

Imagine-se andando pelas ruas miseráveis de uma cidade qualquer e se deparar com um quiosque com várias janelas de onde é possível utilizar um computador, através de joysticks e botões especiais. Pois o que parece impossível virou realidade em Nova Délhi, na Índia, e não foi uma boa experiência para os habitantes locais, que podiam então acessar os computadores e a internet, mas não tinham as habilidades cognitivas para manuseá-los adequadamente.

Esse exemplo ilustra bem a mensagem que o professor-assistente de educação e de ciência da informação na Universidade da Califórnia, em Irvine, e editor fundador da publicação *Language Learning and Technology*, Mark Warschauer, quer passar e é com ele que o autor inicia seu livro, aqui resenhado, intitulado *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*.

Essa obra, que faz uma ampla abordagem sobre a tecnologia de informação e comunicação (TIC), particularmente o computador e a internet, e seu impacto na sociedade contemporânea, mostra que apenas o acesso aos equipamentos de informática e à internet não é suficiente para a inclusão digital. Mas, sim, é preciso uma nova forma de pensar a infoinclusão a partir do conceito de letramento, pois as habilidades necessárias é que vão possibilitar a criação de novos conhecimentos na rede mundial de computadores.

O autor focaliza inúmeros exemplos e iniciativas em países desenvolvidos e em desenvolvimento para mostrar possíveis maneiras de integrar à TIC ao desenvolvimento social.

²² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Bolsista da CAPES

Economia, sociedade e tecnologia: análise dos terrenos movediços é o título do primeiro capítulo, que aborda o surgimento do conceito de exclusão digital, que, segundo ele, prosperou desde meados da década de 1990 até seu final, enquanto o *boom* associado à internet e ao fenômeno pontocom estava em plena marcha nos Estados Unidos. Assim, diz, “A abordagem da exclusão digital era baseada em um entendimento superficial do relacionamento da internet com a mudança econômica e social” (p. 29).

Essas duas perspectivas refletiam uma visão equivocada de que a TIC estava criando uma “realidade paralela”, e que, para progredir, era necessário que as pessoas transpusessem essa linha imaginária.

No entanto, mesmo sem criar uma outra realidade, a TIC alterou profundamente o mundo real em que vivemos, com mudanças na economia e outras áreas, e muitos governos em todo o mundo estão dando ênfase para a importância da TIC para a inclusão social.

O autor ressalta três fatores principais que fundamentam a mudança de foco de exclusão digital para inclusão social, que são: 1) a nova economia da informação e a nova sociedade de rede emergiram; 2) a TIC desempenha um papel decisivo em todos os aspectos dessa nova economia e nova sociedade; e 3) o acesso à TIC, definido de modo amplo, pode ajudar a determinar a diferença entre marginalização e inclusão nessa nova era socioeconômica.

Warschauer utiliza o conceito de “informacionalismo²³” para determinar o novo estágio em que se encontra a economia capitalista. “O que temos não é uma economia associada à internet, mas uma economia da informação, em que a informática e a internet cumprem um papel essencial de capacitação” (p. 32).

O autor delimita algumas características da economia informacional, citando a dependência de ciência e tecnologia, mudança do processamento industrial para o processamento de informações, organizações produtivas baseadas em rede e economia globalizada. Salienta ainda a associação dessas características com a estratificação econômica global dentro dos países e através deles.

Além das tendências da economia informacional, que repercutem em todos os aspectos da sociedade, Warschauer aborda como o desenvolvimento da comunicação mediada por computadores e da internet estão impactando outros setores da vida. Ele cita aspectos como a interação por escrito, a comunicação de longa distância entre muitas pessoas, a criação de um hipertexto global e os elementos de multimídia. E afirma que “o desenvolvimento e a difusão da comunicação mediada por computadores representa a quarta revolução na comunicação e na

²³ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

cognição humanas e nos meios de produção do conhecimento, semelhante em impacto às três revoluções prévias referentes a língua, escrita e impressão” (p. 51).

Para o autor, é essencial fazer parte dessa rede, não apenas no sentido da inclusão econômica, mas para quase todos os outros aspectos da vida cotidiana, como educação, participação, política, assuntos comunitários, produção cultural, entretenimento e interação pessoal. Assim, a TIC também pode contribuir para a melhoria da educação, da administração pública e da assistência médica, e, dessa forma, pode ser um fator multiplicador para a inclusão social.

No segundo capítulo, o autor se detém sobre as características e perspectivas dos dois modelos atuais de acesso às novas tecnologias que são baseadas em equipamentos e conectividade, apresentando um outro modelo de acesso: o letramento. Para ele, a posse de um equipamento de informática não se constitui em um acesso completo, sendo necessária a conexão à internet, assim como habilidades e entendimento para utilizar o computador e a internet de modo socialmente válido.

Warschauer explica que o conceito de letramento, comumente definido como a habilidade individual de ler e escrever, assim como o acesso à TIC, inclui uma combinação de equipamentos, conteúdo, habilidades, entendimento e apoio social, a fim de que o usuário possa envolver-se em práticas sociais significativas.

Ele mostra uma breve trajetória dessa questão, citando a visão dos teóricos do “novo letramento”, que leva em consideração o contexto histórico, político e sociocultural. Nesse capítulo, também é feito um levantamento da exclusão existente em relação ao letramento, mostrando que está estreitamente associada aos debates atuais sobre a exclusão digital.

Ao final, o autor elenca algumas conclusões principais sobre o letramento, apresentando-os como base para um modelo de acesso à TIC e explica que as relações entre tecnologia e inclusão social requerem recursos que contribuem para o acesso à TIC. Esses são os recursos físicos, recursos digitais, recursos humanos e recursos sociais, que, se bem manejados, podem fomentar um círculo vicioso para promover o desenvolvimento e a inclusão social.

O autor dedica os próximos quatro capítulos para explicar esses tipos de recursos. O capítulo 3, que debate os recursos físicos e a relação entre computadores e conectividade, apresenta dados sobre quem está conectado em todos os continentes, mostrando os custos de acesso à internet em vários países. Cita a discrepância existente no acesso físico entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, exemplificando os casos do Egito, Índia e China.

Algumas iniciativas são apresentadas para alcançar maior acesso físico. São consideradas a disponibilidade de computadores, a extensão, a disponibilidade das telecomunicações e o provimento de centros públicos de acesso.

No quarto capítulo, intitulado Recursos digitais: conteúdo e linguagem, Warschauer lembra a imensa quantidade de informações disponíveis na internet, no entanto, realça que isso não satisfaz as necessidades de diversas comunidades ao redor do mundo, trazendo conseqüências importantes em relação a questões de inclusão social.

Um dos pontos destacados pelo autor é a questão da língua, considerando que o inglês é majoritariamente utilizado na internet, o que exclui muitos povos; cita várias soluções e experiências multilíngües observados em diversos países, como o Havaí e a Índia, reafirmando a importância do letramento e da educação para a produção de conteúdo pelas próprias comunidades.

Letramento e educação constituem termos que o autor aborda no quinto capítulo, referente aos Recursos humanos. Para ele, essas duas questões afetam o acesso on-line no macronível, pois o letramento e a educação em massa servem para acelerar o desenvolvimento econômico, criando, assim, uma “tecnologização” maior da sociedade. Por outro lado, também interferem no micronível individual, já que as habilidades de leitura, escrita e pensamento continuam sendo decisivas para a capacidade de utilização da internet.

O autor faz, então, uma abordagem sobre o modo como a educação e o letramento podem contribuir para o uso efetivo da TIC e quais os novos letramentos são necessários para o uso da internet, tais como o informacional, o letramento multimídia e o letramento comunicacional mediado por computador. Warschauer discorre ainda sobre como o uso efetivo da TIC pode contribuir para o letramento e a educação, salientando que as iniciativas mais bem sucedidas são as que se vinculam a propósitos e funções mais amplos, como o Comitê para a Democratização da Informática, no Brasil, e o Playing2Win, em Nova York.

Resumindo o capítulo, o autor explica que os recursos humanos são um dos fatores mais importantes que afetam a inclusão e a exclusão social. Assim, o letramento e a educação podem ser favorecidos pela utilização da tecnologia, mas um programa de computador ou um *website* não podem prover os tipos de interação social que estão na essência da boa educação.

No sexto capítulo, o autor faz uma reflexão os recursos sociais: comunidades e instituições. Nele focaliza os conceitos, a pesquisa e a prática relacionados com a interseção da tecnologia de informação e comunicação, do desenvolvimento comunitário e da reforma institucional.

Utilizando como suporte o conceito de capital social, que surgiu na década de 1980 e considera o papel das relações interpessoais no desenvolvimento social e humano, Warschauer afirma que a questão central não é se o capital social fornece apoio para o uso da internet, mas sim se o uso da internet amplia o capital social das pessoas.

No sétimo e último capítulo, o autor apresenta suas conclusões, a partir da idéia de integração social da tecnologia. Para ele, o contexto social, o propósito social e a organização social são decisivos nas iniciativas de fornecer acesso significativo à TIC, pois “os domínios tecnológicos e social estão muito entrelaçados e, continuamente, co-constituem um ao outro de diversas maneiras. Essa co-constituição ocorre dentro das organizações, das instituições e da sociedade em geral” (p. 275).

O uso da tecnologia deve servir para incluir socialmente os indivíduos, ou seja, o desafio político global não é superar a exclusão digital, mas sim expandir o acesso e o uso da TIC para promover a inclusão social. Assim, é necessária uma pauta de pesquisa expandida, aperfeiçoando as medidas de acesso físico à informática e à internet, verificando, por exemplo, se as pessoas possuem ou não acesso à internet banda larga ou se são portadoras de deficiências.

O autor finaliza afirmando que, além de ser uma ferramenta, a internet é um novo espaço social que reestrutura as relações sociais, já que a TIC funciona não apenas como a “eletricidade do século XXI”, mas também “como a prensa tipográfica, a biblioteca, a televisão e o telefone, sem mencionar a escola, o clube, o *shopping center*, a sociedade em debate e o antro de jogatina” (p. 289).

ETNOGRAFANDO GANGUES DE TRAFICANTE

Resenha do livro de VENKATESH, Sudhir. **Chefe de Quadrilha por um dia**. Rio de Janeiro: Elisevier Editor Ltda., 2008, 244p.

Ricardo Henrique Arruda de Paula²⁴

O livro “Chefe de quadrilha por um dia”, escrito pelo atual professor de Sociologia da Universidade de Columbia, o indiano Sudhir Venkatesh, é resultado de uma década de pesquisas

²⁴ Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará e Pós-Doutorando (UFC/INCT/CNPq). Mestre em Filosofia (UECE), Mestre em Direito Público (UFC) e Doutor em Sociologia (UFC), com estágio doutoral na Universidade Lyon 2, em França.

realizadas pelo autor em sede de doutorado em Sociologia na Universidade de Chicago, sob a orientação de Willian Justus Wilson.

Venkatesh relata no livro os percursos estabelecidos durante os anos em que observou a vida nas áreas pobres, violentas e estigmatizadas da cidade de Chicago. Durante esse período o autor fez uma longa e perigosa incursão no universo social das gangs de traficantes de drogas estabelecidos em conjuntos habitacionais na periferia de Chicago.

O projeto inicial de pesquisa de Sudhir, no entanto, se baseava na pesquisa de seu orientador que visava entender melhor como viviam os jovens negros que cresceram em áreas pobres da cidade de Chicago. A partir desse referencial, Venkatesh inicia sua trajetória em um dos vários conjuntos habitacionais de Oakland, no South Lake Park, lugar de maioria negra, com altíssimas taxas de desemprego, pobreza e criminalidade.

Ao chegar ao Lake Park, Sudhir Venkatesh foi confundido como um membro de uma facção rival do East Side, por integrantes de uma poderosa organização criminosa do Lake Park que lucrava com o tráfico de drogas, chamada de Black Kings. Por esse motivo Sudhir é feito de refém durante uma noite e nesse evento conhece o líder da quadrilha, J.T., que se torna uma figura central em toda a trama, conforme as palavras do autor: “por muito tempo ele seria a pessoa mais formidável de minha vida” (p.13).

O autor é liberado pelo chefe da gang, após explicar que era estudante de Sociologia e que estava ali realizando uma investigação social a respeito da juventude negra de Chicago, porém J.T. o aconselha que para entender a vida das pessoas dali, Venkatesh teria que viver com eles, “Com pessoas como a gente, você tem que passar mais tempo junto, saber o que fazem, como vivem. Ninguém vai responder tuas perguntas” (p.18).

Dias após aquele fato Sudhir Venkatesh retorna ao Lake Park, procura J.T. e passa a acompanhar de forma recorrente o dia a dia da quadrilha dos Black Kings durante 8 meses. Durante essa jornada, o autor se encontrava mais de uma vez por semana com J.T. e até matava aulas para andar com o chefe de quadrilha.

O sociólogo passou a se aprofundar nas atividades cotidianas da gang através de participação na vida de seus integrantes, sobretudo do chefe, J.T. Este passou a revelar a história do bairro South Side, suas preferências por história e política, os meandros da economia informal desenvolvida pelo bando e como comandava cada um dos duzentos membros da quadrilha. Venkatesh, desde o primeiro contato com J.T., passa a considerar a idéia de que a tese de Doutorado dele poderia girar em torno da quadrilha dos Black Kings e do tráfico de drogas.

Oito meses depois, J.T. convida Sudhir para conhecer umas pessoas que moravam no maior conjunto habitacional público dos Estados Unidos, o Robert Taylor Homes, cerca de 10 vezes maior do que o Lake Park e considerado, pela mídia, polícia e pesquisadores acadêmicos de Chicago, como o centro do problema do tráfico e das quadrilhas de Chicago. J.T. havia ido ali tratar da unificação dos bandos do Lake Park com o do Robert Taylor Homes.

O convívio com os moradores do Robert Taylor Homes levou Venkatesh a perceber, sobretudo o relacionamento de J.T. com a comunidade. Conversando com pessoas de fora da quadrilha, Sudhir pode compreender a dinâmica complexa que existia entre a quadrilha e a comunidade. Os Black King atuavam como os administradores oficiais do Robert Taylor, e construíam uma imagem de comprometimento com as necessidades da população local, o que colaborava para angariar a simpatia e lealdade dos habitantes locais.

Dessa maneira, J.T. construía-se como benfeitor da comunidade, aquele que ajudava a todos que o ajudasse como também “legislador”, elaborando normas que deveriam ser cumpridas tanto pelos integrantes do bando, como pelos membros da comunidade e como aplicador de sanções a aqueles que o desobedeciam.

Os integrantes dos Black Kings eram motivados para que tivessem bons relacionamentos com os moradores locais, a fim de que o tráfico de drogas não fosse abalado. Desse modo, a relação entre traficantes e comunidade no Robert Taylor era assegurada por uma espécie de via de mão dupla na qual os traficantes supriam algumas das necessidades dos moradores e, em troca, consentiam a comercialização de drogas no âmbito do conjunto habitacional.

Os moradores, portanto, precisavam de favores da gang (proteção, ajuda financeira, etc.) e a organização criminosa necessitava da cooperação de todos os membros do conjunto. Essa lógica abrangia, inclusive, a líder comunitária Srta. Bailey, que estabelecia freqüentemente alianças com J.T. como forma de fortalecer uma dinâmica de poder pessoal frente à comunidade e de obter lucros pessoais.

A quadrilha ficava atenta aos fatos que poderiam afetar a venda de drogas, por exemplo, os conflitos entre jovens, as guerras de facções criminosas adversárias, etc. A lógica girava em torno dos resultados positivos da economia informal que a rede criminosa desenvolvia. A violência, por essa lógica, deveria ser coibida pela quadrilha, porque poderia trazer prejuízos financeiros à economia dos traficantes.

Venkatesh descreve toda uma rede de colaboradores que atendiam aos interesses da gang, eram eles policiais corruptos, prostitutas, cafetões, comerciantes, trambiqueiros, entre

outros. Em contrapartida, todas essas categorias eram beneficiadas pela quadrilha. Os policiais eram extorquidos e aos demais era permitido exercer seus *métiers*, contanto que pagassem taxas ao líder dos Black King.

Os Black King contavam com uma complexa rede organizacional, uma diretoria, composta por oficiais superiores, que comandava todas as facções criminosas, fiscalizava o faturamento do tráfico de drogas e cuidava dos demais participantes do bando, os líderes locais, conhecidos por tenentes ou capitães, como a gang liderada por J.T., tesoureiro, diretor de equipe de vendas de rua, vendedores ou negociadores de rua, informantes, chefe de segurança, soldados, sentinelas, pistoleiros mercenários e os mediadores.

Os diretores de rua apresentavam relatórios a J.T. sobre as vendas da semana, um resumo do material recebido, casos de drogas perdidas ou roubadas e os nomes dos membros que tivessem causado encrenca. J.T. se preocupava com o rendimento semanal das vendas, pois dali saía seu salário e os impostos que deveria pagar todos os meses a seus superiores.

Os mediadores eram pastores, policiais ou pessoas chamadas a intervir quando havia um conflito. Pastores alugavam espaços da igreja para reuniões de negócios das quadrilhas. Nessas reuniões também eram resolvidos casos de disputa entre membros da quadrilha, em que J.T. julgava os casos existentes, atribuindo punições aos culpados.

A rede criminosa contava com um eficiente sistema de castigo aos membros que violassem uma de suas normas. O castigo poderia ser físico ou suspensão de privilégios. Toda punição deveria ser realizada na frente de todos e servia como forma de estimular a solidariedade do grupo.

Sudhir faz o relato minucioso do gerenciamento diário da quadrilha, os vários tipos de reuniões realizadas por J.T. com seus liderados, algumas para tratar de negócios e outras para discursar a respeito de virtudes como lealdade, respeito, valentia e honra.

Um dia o líder dos Black Kings, propõe ao autor liderar a quadrilha por um dia, com poderes limitados. Venkatesh aceita este desafio. É nessa oportunidade que Sudhir é incumbido a resolver conflitos internos entre os integrantes da quadrilha, julgar casos de desobediências às normas oficiosas, e, sobretudo, a se deparar com tipos violentos de punições habitualmente aplicadas pelo líder dos Black Kings, em que o autor habilmente se recusou a efetuar.

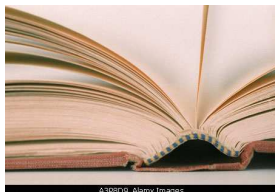
J.T. imagina que o autor está a lhe biografar e isso o envaidece, “Você vai escrever sobre o quê? Sobre mim, né?” (p.30). Venkatesh era necessário à vida de J.T., “Era alguém capaz de levá-lo a sério” (p.30). A relação entre os dois tem momentos de tensão, mas não de ruptura.

Em determinados momentos o autor se depara com o dilema de estar ou não “protegido” pelo líder dos Black King, para que isso ocorresse J.T. impunha uma decisão a Sudhir durante todo decorrer do livro, indagando se ele estava ou não com ele, pois se fosse negativa a resposta, J.T. não o protegeria. Nesse caso o autor se perguntava, “Seria possível permanecer neutro, imparcial, um observador objetivo?” (p. 145).

Venkatesh compartilha com o leitor suas dúvidas em relação à metodologia e interpretações parciais vislumbradas durante a pesquisa de campo e apreensões de estar mergulhado em uma pesquisa etnográfica tão perigosa. Pouco a pouco o autor vai, segundo ele mesmo, deixando de raciocinar de forma ingênua e aprendendo a trabalhar com o vasto material que adquiriu durante anos de pesquisa no campo da violência das gangs de traficantes.

O pesquisador trabalha com relatos orais de marginais e pessoas comuns das comunidades pesquisadas. Seu livro tem a capacidade de levantar importantes questões metodológicas, em relação aos itinerários de uma pesquisa com criminosos, efetuada por meio de narrações de histórias de vidas que foram acompanhadas através da participação do pesquisador no trabalho de campo.

Para finalizar, pode-se resumir a trajetória desenvolvida por Sudhir Venkatesh, nas palavras de Stephen J. Dubner, “Entrou com a visão de alguém de fora e saiu com, o acesso de alguém de dentro” (prefácio).



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Processador de texto: Word for Windows

Espaçamento do texto: 1.5

Papel: formato A4

Fonte: Times New Roman, tamanho 12

Número de páginas: até 6 páginas

Apresentação da página de rosto

Título da resenha (dado pelo autor da resenha) e Título da obra a ser resenhada;

Dados do autor da resenha e da obra a ser resenhada;

Filiação científica do(s) autor (es) da resenha, mencionando instituição/
Departamento/Seção;

Endereço completo, endereço eletrônico (E-mail), quando possível, e telefone para contato.

As resenhas devem conter uma descrição significativa do conteúdo do livro, evitando opiniões pessoais ou posicionamentos que impeçam que o leitor tenha conhecimento objetivo da edição.

Perfil -> um periódico patrocinado pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o objetivo de tornar mais visível especialmente a produção científica brasileira na área de Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia;

Formato -> a publicação tem como característica principal a apresentação de resenhas de livros ou de um conjunto de artigos recentes (de preferência nos últimos dois anos); o objetivo é informar o leitor de forma sucinta sobre o que de principal tem sido publicado na nossa área (não se confunde portanto com o BIB);

Quem vai fazer as resenhas -> principalmente doutorandos das nossas Pós-graduações, mas também sócios da SBS; acho importante que em cada número haja uma resenha inicial (que pode ser maior que as outras) feita por qualquer um de nós (ex e atuais membros da diretoria e comitê científico); boas resenhas feitas no exterior e publicadas em bons periódicos podem também ser traduzidas;

Período de envio e seleção das propostas -> As propostas devem ser enviadas em dois momentos: até 20 de abril (para publicação em maio) e até 30 de setembro (para publicação em outubro). A seleção das propostas será feita tendo por base a clareza e profundidade da apresentação do texto, considerando-se também os requisitos apontados nas normas para a publicação.